

# *Espíritas negam a existência do inferno*

“As convicções são inimigas mais perigosas da verdade do que as mentiras”. (Friedrich Nietzsche)

Lemos o artigo que leva o título de “*Espíritas negam a existência do inferno*”, assinado por Pr. Joel Santana, e publicado no site CACP, correspondente ao link (<http://www.cacp.org.br/espíritas-negam-a-existencia-do-inferno/>). Diante de nosso direito inafiançável de resposta, analisaremos o que é exposto e daremos a nossa contra argumentação. Lembramos aos leitores que respondemos a esta obra do pastor “*O Espiritismo Kardecista e suas Incoerências*” e que se encontrará em nossa conclusão o link para baixar toda ela e conhecerem nossa refutação.

## **CAPÍTULO V – NEGA A EXISTÊNCIA DO INFERNO, MAS SE DIZ CRISTÃO.**

Neste capítulo, o pastor terá a grande tarefa de provar que as penas eternas existem, que o inferno concomitantemente um lugar restrito ao suplício eterno existe por tabela, imputando assim a divindade de “justa” e “boa”, perfazendo um misto de soberana justiça e bondade a um Deus incapaz de regenerar suas criaturas, que por alguma razão cometeram falhas completamente finitas e são, desta maneira, jogadas no inferno a cumprirem suas penas pela eternidade, não dando ao infrator a capacidade de se arrepender, expiar e reparar suas faltas numa nova oportunidade. Este objetivo da defesa do inferno e das penas eternas, advogadas pelo pastor se baseiam mais na negação da reencarnação como ferramenta de reparação, do que uma provável existência das penas eternas e de seu lugar de suplício eterno, a saber, o inferno. Depois é a Doutrina Espírita tachada de *incoerente*. É o que saberemos ao analisar os argumentos do pastor e suas referências. Vamos a sua introdução:

Ninguém pode ser tachado de incoerente só por negar a existência do Inferno, onde (de acordo com o Cristianismo bíblico) o Diabo, os demônios e os humanos que se perderem serão atormentados eternamente. Cheguei a esta conclusão à base do seguinte raciocínio: Já que ninguém é obrigado a ser cristão, então ninguém é obrigado a crer que o Inferno existe. Todavia, aquele que se diz cristão, mas não admite o Inferno como real, é, sim, incoerente. Por exemplo, ninguém é obrigado a reconhecer Maomé como Profeta de Alá, mas é impossível ser muçulmano sem admitir isso. Deste modo, o fato de o Kardecismo rechaçar a idéia da pena eterna, e, concomitantemente, se dizer cristão, denota que essa seita é um sistema discrepante, não sendo, pois, uma

instituição cristã; já que Cristo, o fundador do Cristianismo, falava coisa com coisa.

Embora o propósito primário deste livro não seja uma apologia ao Cristianismo bíblico, mas apenas demonstrar que o Kardecismo é hipócrita por se dizer cristão sem arcar com as implicações desta postura, neste capítulo argumento que a crença na pena eterna não é incompatível com a bondade de Deus. Seria, se Deus, além de bom, não fosse também justo e santo.

A empreitada do presente capítulo, bem como de todo este livro, é hastear as incoerências Kardequianas, tornando-as bem visíveis. Talvez isto contribua para livrar alguém de percorrer esse caminho que também conduz ao Inferno.

Provo nesta obra que a realidade do Inferno é uma doutrina do Cristianismo histórico, e que, sendo assim, é incoerência se dizer cristão sem aquiescer a este fato. Então, o Kardecismo é incoerente.

Pelo que entendemos desta explanação do pastor e nossa introdução, o inferno e as penas eternas são conceitos do Cristianismo, tal como se Jesus houvesse mesmo defendido esta tese, sem nos esquecermos de que Jesus era Judeu, e a pergunta que fazemos é: Os judeus acreditam no inferno? É o que saberemos ao desenvolvermos nossa pesquisa acerca do tema. Uma outra pergunta que nos vêm é: Os judeus, à época de Jesus, acreditavam na reencarnação? Uma pergunta igualmente importante que está entrelaçada a primeira questão e que nos levará a nossa conclusão da possibilidade de existirem as penas eternas, mas o pastor continua:

Sintetizando o que Allan Kardec escreveu em seus livros (principalmente no livro intitulado “O Céu e o Inferno”), no seu inglorio afã de “provar” a inexistência do Inferno como um lugar de suplício eterno, digo, com minhas palavras, que as “razões” por ele apresentadas são as seguintes: “O castigo eterno não existe porque:

- 1) Jesus jamais se referiu ao suplício eterno;
- 2) É contrário ao bom senso;
- 3) É repugnante à justiça;
- 4) É oposto ao amor de Deus;
- 5) É uma desonra ao Deus amoroso”

Refutarei às objeções supra, na mesma ordem acima apresentadas:

Uma missão difícil e ingloria, conciliar o conceito da divindade com o suplício eterno, sendo mesmo este tema que Jesus pregou em sua missão de esclarecimento junto aos seus discípulos. É o que vamos investigar e saber onde se encontram as incoerências. Vejamos o primeiro item abordado pelo pastor, lembrando que não é

somente a obra *O Céu e o Inferno* que trata deste assunto, mas também outras mais da codificação e as Revistas Espíritas.

### 5.1. Jesus jamais falou de suplício eterno

Com base na sugestão deste item de que *Jesus jamais falou de suplício eterno*, o pastor tentará mostrar, dentro de uma fração da obra *O Céu e o Inferno*, seu conceito acerca do tema de que Jesus não defendeu as penas eternas, nem mesmo houvera abonado sobre elas, segundo o que consta na obra citada da codificação espírita. É o que veremos, pois assim diz o pastor:

Não é necessário provar que os kardecistas negam a existência do Inferno, porquanto eles não escondem isso de ninguém. Kardec entendia que Jesus, em consequência do atraso inerente aos espíritos de seus contemporâneos que, por isso mesmo, não estavam à altura de entender a verdade sobre este assunto, absteve-se de fazê-lo. Jesus, segundo Kardec, não disse que não há suplício eterno, mas também não afirmou que haja. É que Ele sabia que com o tempo isso passaria. Senão, vejamos:

“Jesus encontrava-se, pois, na impossibilidade de os iniciar no verdadeiro estado das coisas; mas não querendo, por outro lado, com sua autoridade, sancionar prejuízos aceitos, **absteve-se de os retificar, deixando ao tempo essa missão**. Ele limitou-se a falar **vagamente** da vida bemaventurada, dos castigos reservados aos culpados, sem referir-se jamais nos seus ensinamentos a castigos e suplícios corporais, que constituíram para os cristãos um artigo de fé” (*O Céu e o Inferno*. Federação Espírita Brasileira: 1ª parte, capítulo IV, nº 6, página 43. Grifo meu).

Como é de praxe no desenvolvimento de nossas refutações, não nos limitaremos a citar apenas o que o pastor mencionou em fragmentos das obras da codificação espírita. Neste ínterim, curiosamente o pastor cita a obra *O Céu e o Inferno* de Kardec, na sua primeira parte, capítulo IV, que trata do *Inferno* e subtópico *O inferno cristão imitado do inferno pagão*, ao qual citaremos e grifaremos a parte citada do pastor, onde após isto, traçaremos nossas reflexões. Vejamos o item 6 em particular:

6. Esta mistura de ideias cristãs e pagãs nada tem de surpreendente. Jesus não podia de um só golpe destruir inveteradas crenças, faltando aos homens conhecimentos necessários para conceber a infinidade do Espaço e o número infinito dos mundos; a Terra para eles era o centro do universo; não lhe conheciam a forma nem a estruturas internas; tudo se limitava ao seu ponto de vista: as noções do futuro não podiam ir além dos seus conhecimentos. **Jesus encontrava-se, pois, na impossibilidade de os iniciar no verdadeiro estado das coisas, mas**

**não querendo, por outro lado, com sua autoridade, sancionar preconceitos, absteve-se de os retificar, deixando ao tempo essa missão. Ele limitou-se a falar vagamente da vida bem-aventurada, dos castigos reservados aos culpados, sem referir-se jamais nos seus ensinamentos a castigos e suplícios corporais, que constituíram para os cristãos um artigo de fé.** Eis aí como as ideias do inferno pagão se perpetuaram até os nossos dias. E foi preciso a difusão das modernas luzes, o desenvolvimento geral da inteligência humana para se lhe fazer justiça. Como, porém, nada de positivo houvesse substituído as ideias recebidas, ao longo período de uma crença cega sucedeu, transitoriamente, o período de incredulidade a que vem pôr termo a Nova Revelação. Era preciso demolir para reconstruir, visto como é mais fácil insinuar ideias justas aos que em nada creem, sentindo que algo lhes falta, do que fazê-lo aos que possuem uma ideia robusta, ainda que absurda. (KARDEC. A. 2019e. p. 39-40) (grifo nosso)

A citação grifada do pastor ao item 6, nós recomendamos a leitura e estudo de todo o capítulo IV da referida obra, mas observamos a tática de citação de apenas à parte que interessa ao pastor, em observar na codificação apenas a parte que lhe seria mais fácil o desenvolvimento de sua tese, onde identificamos que esta crença no inferno é pagã e que o Cristianismo nascente, após a morte do Cristo e sua ressurreição, apenas adaptaram uma crença pagã do *Hades* dos gregos, apropriando-se deste conceito, criou-se mais um dogma do cristianismo que foi o inferno e suas penas eternas. Ficaria complicado ao pastor desvincular do cristianismo a crença do *Tártaro* que Kardec aborda neste capítulo, imiscuído ao cristianismo uma crença pagã, certamente colocaria o pastor numa saia justa que dificilmente sairia dela. Mas vamos adiante nas argumentações do pastor:

Pelo que me consta, Jesus jamais deixou de ensinar quaisquer verdades, em respeito aos preconceitos, ignorância e tradições existentes nos dias de Seu Ministério terreno: assentou-se à mesa com os publicanos (Mt 9:11; Lc.15:1-2); mandou um homem transportar a sua cama em dia de sábado (Jo. 5:8-13); foi de encontro às tradições dos anciãos (Mt 15:1-11); falou a uma mulher samaritana (Jo.4:9,27); declarou Sua igualdade com Deus (Jo 5:18); exigiu para Si as honras reservadas exclusivamente para Deus (Jo 5:23); e disse ser um com Deus (Jo 10:30), o que equivale a dizer que Ele é Deus (Jo 10:31-33). [Ora, os judeus erraram ao pensar que Jesus estava blasfemando por se fazer Deus, mas acertaram por interpretar a afirmação “Eu e o Pai somos um” como equivalente a “Eu sou Deus” (confere com Jo 10:31-33)]. Os kardecistas, naturalmente me rebatem citando Jo. 16:12, onde Jesus teria “**deixado de ensinar algo que os apóstolos ainda não podiam suportar naquela época, devido às imperfeições de seus espíritos**”. Mas o contexto demonstra não ser este o caso, visto que dentro de poucos dias após, o Consolador veio e

os guiou em toda a verdade.

Logo, segundo o próprio Cristo, os apóstolos receberam a Doutrina completa, já que, segundo a Bíblia, o Consolador que lhes daria maiores revelações tão logo viesse, veio dentro de um período de tempo inferior a dois meses e os guiou a toda a verdade. Ademais, não é de se duvidar que Cristo se referia apenas às perseguições que eles, os apóstolos, iriam enfrentar, as quais produziram até mártires.

Certamente, não era prudente dizer a Pedro que ele seria um dia crucificado de cabeça para baixo; a Tiago, que ele seria decapitado; a Tomé, que ele seria transpassado por uma flecha e assim por diante.

Apesar o discurso do pastor reportar a deidade de Jesus e de ensinar aos seus discípulos e judeus de sua época, tudo o que era possível ao Mestre revelar, ao qual já refutamos anteriormente, não nos compete citar novamente nossos fundamentos e conceitos que depõe contra o próprio pastor, uma suposta deidade de Jesus que carece de base filosófica e como se Jesus exigisse para si ser adorado como um deus, o que denota contra o próprio pastor sua afirmação, já que o Mestre sempre se colocava abaixo do Pai (Jo 14,28).

Entretanto, o que nos salta aos olhos, é ver que o pastor, ao citar sobre o Consolador, ao qual também já o refutamos, diz que os apóstolos não estavam preparados para receberem o que Jesus ainda tinha muito a lhes dizer, atribuindo a esta afirmação do Cristo como uma revelação da forma como os discípulos viriam a ser mortos, através das perseguições que eles sofreriam após a morte do Cristo. A razão nos pede a informação de onde se encontra no Novo Testamento essa revelação a cada um dos mártires cristãos? Não há e nem mesmo os argumentos do pastor resistem a essa reflexão, uma vez que o que Jesus disse, é claro de que os seus apóstolos não estavam preparados para receber certos ensinamentos, o que levaria a necessidade de evolução do pensamento humano e progresso das ideias, a fim de que sua Doutrina fosse lembrada, corrigida e ampliada com o advento do Espiritismo, mesmo que a contragosto do pastor. Mas ele continua em suas cavilações.

O fato de Jesus afirmar que “ainda tenho muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora. Mas, quando vier aquele Espírito da verdade, ele vos guiará em toda a verdade” é, segundo os kardecistas (como vimos acima), prova cabal de que naquela época a Humanidade ainda não estava preparada para receber toda a verdade, e que, por isso mesmo, Jesus deixou claro que no devido tempo Deus daria à Humanidade uma revelação maior do aquela mediada por Cristo. Acontece, porém, que Jesus não disse assim: “ainda tenho muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora. Mas, quando estiverdes preparados, Eu vos darei outro Consolador que o dirá ”. Logo, os

discípulos não tinham que evoluir para receberem o Consolador, e sim, receber o Consolador para se habilitarem a maiores revelações. Ademais, vimos no capítulo 3 que, segundo a Bíblia, o Consolador veio no século I.

Neste raciocínio, o pastor inverte o discurso de Jesus, tal como era preciso que os discípulos recebessem o Consolador para se tornarem aptos a novos ensinamentos que não foram além do que Jesus ensinou, mas a ordem dos fatos é justamente oposta, pois denota que era preciso eles progredirem para que o Consolador viesse e que em apenas alguns meses era impossível desta promessa do Cristo se cumprir. O que o pastor faz neste ponto é justamente deturpar uma profecia do Cristo para acomodar aos seus conceitos, e se preciso for, inclusive, levar seus leitores ao erro e imputar ao Espiritismo a incoerência que ele mesmo pratica. Segundo o pastor, o Consolador veio no primeiro século e diante da diversidade do entendimento e erros atribuídos aos ensinamentos de Jesus, faltou ao espírito santo da trindade, pregada pelo pastor, o princípio fundamental que é a unidade de ensino que inexistente e depõe contra o pastor. Depois é a Doutrina Espírita incoerente! Vamos adiante no que prega o pastor acerca da pena do inferno e penas eternas:

Embora eu não queira ombrear os que não veem em Jesus mais que “um grande filósofo, um grande idealista, um revolucionário político, um grande defensor dos direitos humanos, um grande defensor dos pobres” e assim por diante, reconheço que a mensagem do Cristo causou tão grande impacto nos seus contemporâneos que estes (na sua maioria), rejeitaram-no; e que, não obstante, Ele não arredou o pé: expôs os charlatões publicamente (Mt 21:12,13), falou a verdade com autoridade jamais vista (Mt. 7:29), possibilitando ao povo ouvir algo inédito (Jo. 7:46). Isto nos convence que as dissertações de Allan Kardec em torno da postura de Cristo sobre o Inferno, são meras palavras ocas.

Cristo falou sim, senhor Kardec, do castigo eterno; e não o fez de modo vago, mas claro. Veremos isto em 4.2., a saber, no próximo tópico.

Embora o Cristo tenha pregado as boas novas ao seu tempo e foi combatido sistematicamente pelo sistema religioso que vigorava em sua época, a saber o Judaísmo. Olhando sobre esta perspectiva, a Doutrina Espírita veio também para convencer o sistema religioso de sua época, retirando os erros perpetrados pelos seus líderes, onde igualmente é combatido pelo sistema religioso vigente. Igualmente, este nosso raciocínio está correto, com base nas premissas do pastor, ao qual se arvora em combater o Espiritismo, e a nós, nos cabe defendê-lo!

Outrossim, Jesus, apesar de sua intrepidez e de seu entusiasmo, não adentrou

em certos conceitos, e um deles é sobre o desenvolvimento das penas e gozos futuros, deixando, assim, para tempos futuros atribuir e conceituar este tema, o que moveu o trabalho do codificador em demonstrar na primeira parte da obra *O Céu e o Inferno* e na segunda parte, não citada pelo pastor, de depoimentos dos espíritos que ora estavam em suas penas proporcionais às suas faltas, bem como ao gozo dos demais espíritos acerca de suas atitudes em conformidade à lei de Deus e condizentes com suas atitudes em vida.

Com isso, Kardec elaborou esta obra, e as demais, apoiando-se nos fatos e foram estes que o fizeram a organizar um corpo doutrinário inabalável, capaz de resistir a quaisquer críticas que houver, mas mesmo assim, como bem já disse o codificador: *“O nosso objetivo não é convencer os incrédulos, se não se convencem pelos fatos, menos o fariam pelo raciocínio: seria perdermos nosso tempo.”* (Revista Espírita 1859). Passemos, porquanto, ao ponto seguinte

## **5.2. É Contrário ao Bom Senso.**

Neste item, o pastor tentará demonstrar que existem as penas eternas, concomitantes a ideia do suplício igualmente eterno, relegado àqueles que forem condenados e lançados no inferno, com citações bíblicas como referência, e nos parece que ele abrirá mão do bom senso. Vejamos sua introdução:

Para sabermos se existe ou não o castigo eterno, não podemos nos limitar à consulta do “bom senso”; doutro modo poderíamos fazer acerca da existência do Inferno as seguintes afirmações:

- a) Existe realmente;
- b) Não existe realmente;
- c) Não sabemos se existe ou não.

Por que? Porque encontramos pessoas igualmente inteligentes que fazem, de per si, estas afirmações, alegando todas contarem com a corroboração do bom senso. E aí? Qual das três opiniões é a correta?

Não nos parece, realmente o pastor abdicou do bom senso, ao qual o coloca entre aspas para ridicularizá-lo, com a finalidade de abraçar as penas eternas, a literalidade de passagens bíblicas e sancionar o inferno como algum lugar espiritualmente existente e que perpetra, ao longo da eternidade, o suplício dos ímpios, relegando a estes infortunados a incapacidade de arrependimento de suas faltas completamente temporárias e finitas. Este raciocínio é bastante fraco e esboroa com a própria lei natural da reencarnação (Jo 3,12) que prevê o arrependimento, a expiação e a reparação das faltas cometidas pelos espíritos sancionados pela justiça divina. É com

este objetivo que o pastor defende as penas eternas e se apoia na existência do inferno reservado aos ímpios, ou seja, por tabela negar a reencarnação.

Com isso, o pastor desenvolve três aspectos, sendo um deles a existência do inferno, a não existência, ou não sabemos se existe ou não. Respondemos que se o pastor tivesse se dado o trabalho de estudar a codificação, certamente ele deveria ter visto, se é que viu, a segunda parte da obra *O Céu e o Inferno*, e constado dos exemplos de espíritos que relataram à Kardec, seus estados na erraticidade, onde comprovariam, pelos fatos, que os estados de consciência destes mesmos espíritos teria dado ao codificador a tese de que eles estavam em estados infelizes, intermediários e felizes, quando à justiça divina. Mas porque o pastor não menciona este importante tema? Simplesmente que seria um tanto incoerente atribuir ao diabo tais mensagens, pois como ele se justificaria do objetivo de tais demônios darem este conhecimento à Kardec? Esta é uma pergunta sem resposta e que certamente o pastor se absteve de refletir nela. Entretanto, o pastor prossegue:

Para pronunciar positiva ou negativamente sobre a existência da pena eterna, ninguém está melhor credenciado que o Senhor Jesus Cristo, os profetas e os apóstolos. Ouçamo-los:

Jesus:

- “Serpentes, raça de víboras! Como escapareis da condenação do inferno?” (Mt 23:33 );
- “... vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz. E os que fizeram o bem sairão para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação”. (Jo 5:28, 29);
- “... Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos. E irão estes para o tormento eterno, mas os justos para a vida eterna” (Mt 25:41, 46);
- “Ali haverá choro e ranger de dentes, quando virdes Abraão, e Isaque, e Jacó e todos os profetas, no reino de Deus, e vós lançados fora” (Lc 13:28);
- “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda a criatura. Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado” (Mc 16:15, 16).

Repito: Cristo falou sim, do castigo eterno; e não o fez de modo vago, mas claramente, como acabamos de ver.

O primeiro contexto a examinar é acerca de Mateus, capítulo 23, em que Jesus tem um longo diálogo com os Escribas e Fariseus, com seus apóstolos e a multidão de pano de fundo, onde o Cristo repreende aqueles ante ao orgulho e hipocrisia com diversas advertências (Mt 23,1-7; 13-15, tais como a cegos que guiam cegos (Mt 23,16).



Jesus enaltece a humildade (Mt 23,8-12) e recomenda aos seus discípulos. Outrossim, o inferno ao qual Jesus se refere não é um lugar circunscrito e destinado ao suplício eterno (Mt 23,33), mas uma condição de mentalidade e que certamente estava relegada aos Escribas e Fariseus, que em sua maioria tinham mais observância à legalidade da Lei de Moisés (Mt, 23,17-29), do que a prática do amor.

Com isso, Jesus ainda os repreende que o sangue dos profetas cairia sobre aquela geração (Mt 23,30-37). Caso não tenhamos o conceito da reencarnação, certamente cairemos em uma passagem deverás ininteligível, em que os Escribas e Fariseus pagarem pelo erro de seus pais (Ex 20,5-6). Se conceituarmos as vidas sucessivas, certamente que teremos um cumprimento da lei de causa e efeito, dado aos Escribas e Fariseus, da época do Cristo, que teriam a reparação da morte dos profetas que se cumpriu em tempo oportuno, ante a queda de Jerusalém em 70 d.C. pelos Romanos, culminando na morte de cerca de um milhão de judeus e destruição do segundo Templo de Salomão.

Acerca do contexto de João, capítulo 5, mais uma vez encontraremos neste contexto um exemplo da reencarnação exarada na expiação de faltas passadas, perdão dos pecados, cura num dia de sábado (Jo 5,1-13) e, por conseguinte, a intenção dos Judeus apedrejarem Jesus por se fazer Deus (Jo 5,15-18), cabendo ao Cristo um longo discurso negando sua suposta deidade (Jo 5,19-23) e por fim, arrematando que aqueles que seguissem os ensinamentos do Mestre, certamente provaria uma vida nova, reencarnados, a experimentarem os gozos, outrora, os que estariam incólumes ante a lei da vida, e reencarnados numa nova oportunidade, condenados à expiação (Jo 5,24,29), tal como vivi este homem coxo à 38 anos (Jo 5,5) que Jesus curou (Jo 5,8) e o recomendou a não repetir seus atos pregressos da encarnação anterior, que poderia lhe suceder coisa pior (Jo 5,14). Como podemos testificar, em nada neste contexto fala de inferno e suas penas eternas, senão pela vontade do pastor, mas observamos que trata da reencarnação da vida e em contrapartida, a condenação.

Encontramos ainda o pastor advogar a existência do inferno em Mateus, capítulo 25, extraído de três parábolas de Jesus, proferida aos apóstolos, sobre as dez virgens, os talentos e do grande juízo. Lembramos ao pastor e demais leitores que esta parábola está após o sermão profético de Jesus no capítulo anterior, a saber, o de número 24, ao qual não entraremos em detalhes por termos reunido inúmeras fontes históricas, evidências na codificação que levaram a produzir outra obra à parte e que será lançada em breve. Com isso, nos limitaremos a analisar este capítulo 25 de Mateus e ver se realmente está falando da existência do inferno e de penas eternas.

Observamos que esta parábola é tratada da comparação das dez virgens, sendo

cinco delas providentes e outras cinco imprevidentes, ante a chegada do noivo que é o Cristo, onde as virgens providentes são os justos e as imprevidentes são os ímpios (Mt 25,1-13). A outra parte deste contexto examina outra parábola, sendo esta a dos talentos que trata daqueles que multiplicam seus dons e retornam a Deus suas conquistas, ante a multiplicação de seus dons, bem como os egoístas que nada produzem de fato (Mt 25,14-30) e por fim, Jesus apresenta a parábola dos bodes e das ovelhas, prefigurando aos que forem caridosos com seu próximo, à recompensa e aos que forem duros com seus irmãos, a condenação (Mt 25,31-46).

Certamente que Jesus usou três grandes símbolos do julgamento do tribunal divino, que habita na consciência de cada um, a providência das virgens, a multiplicação dos dons e a prática da caridade como passaporte para mundos mais adiantados, reservado aos justos. Não tendo a mesma sorte os injustos que são imprevidentes, egoístas e que não praticam a caridade, onde terão relegados ao seu destino, mundos mais atrasados, equivalentes ao seu nível de consciência que estarão condenados a expiar suas faltas, reparar as suas mazelas em adiantarem a população deste novo orbe. Enfim, de forma concisa, este é o objetivo deste contexto e parece-nos que o pastor desconhece a Doutrina Espírita e seus postulados, cabendo-lhe as incoerências das penas eternas e da existência do inferno.

Já sobre o contexto de Lucas, capítulo 13, o pastor cita uma separação dos que praticam as virtudes, e outros condenados pela iniquidade de seus atos (Lc 13,28). Ao examinar todo o capítulo, percebemos que há inúmeros ensinamentos de Jesus, tal como o da figueira estéril (Lc 13,6-9) a cura da enfermidade da mulher encurvada em dia de sábado (Lc 13,10-17), outra parábola comparando ao reino de Deus ao grão de mostarda (Lc 13,18,22) e a passagem da porta estreita, aludindo às virtudes (Lc 13,22-28) ao qual o pastor se reservou de citar apenas a passagem do verso 28, a fim de atestar a existência do inferno e das penas eternas. Sinto informar ao pastor que em nenhum momento das passagens deste capítulo 13 de Lucas balizam sua defesa do inferno e penas eternas. Este conceito da porta estreita (Lc 13,21) significa àqueles que praticam as virtudes, enquanto outros é reservado o comportamento da iniquidade (Lc 13,27). Porquanto, haverá uma separação entre os que se encontram no seio dos patriarcas e profetas, dos que serão lançados fora da presença do Eterno (Jo 13,28). Nada além disso, e o esforço do pastor em uma citação descontextualizada, mais uma vez o faz escapar o seu real sentido e levar seus leitores ao erro.

Por fim, existe a citação do pastor do encerramento do Evangelho de Marcos, especificamente o capítulo 16, que trata da visita de Maria Madalena ao sepulcro para unguir o corpo de Jesus (Mc 16,1-2). Entretanto, viu Madalena que o túmulo estava vazio,

com a presença de um anjo anunciando a ressurreição de Jesus (Mc 16,6), onde sugeriu o anjo, a Madalena que avisasse aos apóstolos (Mc 16,7). Nos manuscritos mais antigos, o Evangelho de Marcos encerra-se no verso 8 do capítulo 16, em estudo e o pastor cita uma passagem ao final (Mc 16,15-16) que certamente carece de base para suas teses no inferno com suas penas irremissíveis, como já bem o comentamos anteriormente este acréscimo ao Evangelho de Marcos.

Chegamos ao fim das citações isoladas do pastor de falas do Cristo a tentar, de forma hercúlea, embasar sua tese de que Jesus pregou a existência do inferno e das penas eternas, enquanto, demonstramos os diversos ensinamentos de Jesus que destoam da visão do pastor e testificam, inclusive, a reencarnação que iremos desenvolvê-la mais adiante, mas que nesta pincelada, podemos ver que é a contrapartida das penas eternas. Ficamos com as incoerências do pastor que não respeitou o contexto do Novo Testamento e atropelou a hermenêutica, recaindo sobre seus argumentos o julgamento de suas premissas inverossímeis. Vamos adiante nas citações do pastor:

Apóstolo João:

• “E o Diabo que os enganava, foi lançado no lago de fogo e enxofre, onde estão a besta e o falso profeta; e de dia e de noite serão atormentados pelos séculos dos séculos” (Ap 20:10).

“E todo aquele que não foi achado inscrito no livro da vida, foi lançado no lago de fogo” (Ap 20:15).

Entendemos que o livro do apocalipse é bastante discutido a autoria ser um outro João, que não o apóstolo, e ao que nos parece, o pastor desconhece, pois cita como se o livro pertencesse ao apóstolo muito amado pelo Cristo. Com isso, percebemos que este livro demanda uma outra obra que estamos a realizar no desenvolvimento do entendimento das suas profecias que possuem um caráter altamente simbólico. Este capítulo 20, do livro do Apocalipse se encarrega de levar o julgamento e condenação do mal, personificado em adversário, *satã*, ou dragão, ou seja, o império romano que personificavam o mal da época e adversário do bem, que no entendimento do escritor, tratava-se do mesmo articulador do pecado original, a saber a serpente que deverá ter uma análise distinta da que estamos realizando (Ap 20,1-3) por se tratar de eventos distintos, ao qual sugiro a pesquisa do artigo [A serpente é satanás?](#) De coautoria com o escritor Paulo Neto. Acredito que trataremos deste assunto mais à frente!

Este capítulo que estamos analisando trata-se de três eventos, a saber: o reino de mil anos (Ap 20,1-6), o segundo combate escatológico (Ap 20,7-10) e o julgamento das nações (Ap 20,11-15). Com isso, vamos nos ater a condenação do adversário, *satã*,

onde jazia a besta e o falso profeta (Ap 20,10) que ao nosso entendimento trata-se do império romano e sua derrocada no século V culminando na vinda do Cristo e a nova fase de regeneração do orbe terrestre (Mt 19,28). Para tanto, onde abalizarmos essa posição, recorreremos a nota de rodapé da *Bíblia de Jerusalém*. Vejamos:

Ap 20,4: Vi então tronos, e aos que neles se assentaram <sup>a</sup> *foi dado poder de julgar*. Vi também as almas daqueles que foram decapitados por causa do Testemunho de Jesus e da Palavra de Deus, e dos que não tinham adorado a besta, nem a sua imagem, e nem recebido a marca sobre a fronte ou na mão: eles voltaram a vida e reinaram com Cristo durante mil anos <sup>b</sup>.

- a) Este versículo difícil é um dos lugares em que se acredita encontrar as etapas e retoques na redação do livro: 20,1-6 é duplicata de 19,11-21? (cf. Mt 19,28; 1Co 6,2-3).
- b) Esta “ressurreição” dos mártires (cf. Is 26,19; Ez 37) é simbólica: é a renovação da Igreja depois do término da perseguição romana, com a mesma duração que o cativo do Dragão. Os mártires que esperam sobre o altar (6,9-11) estão desde agora felizes com Cristo. O “reino de mil anos” é, portanto, **a fase terrestre do Reino de Deus, desde a queda de Roma até a vinda de Cristo (20,11ss)** – Para santo Agostinho e muitos outros, os “mil anos” se iniciam com a ressurreição de Cristo; a “primeira ressurreição” seria então o batismo (cf. Rm 6,1-11; Jo 5,25-28) – Desde a Igreja antiga, uma corrente da Tradição interpretou literalmente este versículo: após uma ressurreição real, a dos mártires, Cristo voltaria sobre a terra para um reino de mil anos, em companhia de seus fiéis. Este milenarismo literal nunca foi favorecido na Igreja. (Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 2164) (grifo nosso e itálico no original)

Já acerca dos ímpios serem lançados no lago de fogo (Ap 20,15), de forma bem simbólica, este evento trata-se objetivamente de condenação pela prática de atitudes em desacordo com a providência, já que foram julgados conforme suas obras (Ap 20,12-13). Contudo, vamos recorrer ao escritor Carlos Torres Pastorino (1910-1980) novamente para nos esclarecer acerca das passagens (Ap 20,10; 15) dentro do contexto grego, em sua obra *Sabedoria do Evangelho – Volume 1*, no trato a palavra eternidade que vem do grego *aion* (αἰων) que é um tempo determinado e não eterno. Vejamos:

II – O substantivo *aion* aparece 120 vezes, empregado com os sentidos:

a) os séculos, isto é, uma época, um lapso de tempo (92 vezes);

**Mat.** 6:13; 21:19; **Marc.** 3:29; 11:14; **Lc.** 1:33. 55, 70; **Jo.** 4:14; 8:35 (2x), 51; 52; 10:28; 11:26; 12:34; 13:8; 14:6; **At.** 3:21; 15:18; **Rom.** 1:25; ,9:5; 11:36; 16:27; **1 Cor.** 2:7; 8:13; 10:11; **2 Cor.** 9:9; 11:31; **Gál.** 1:5; **Ef.** 2:7; 3:9, 11:21 (2x); **Fil.** 4:20 (2x); **Col.** 1:26; **1 Tim.** 1:17 (3x); **2 Tim.** 4:18 (2x);

**Heb.** 1:2, 8 (2x); 5:6; 6:20; 7:17, 21, 24, 28; 11:13; 13:8, 21 (2x); **1 Pe.** 1:25; 4:11 (2x); 5:11 (2x); **1 Jo.** 2:17; **2 Jo.** 2; **Jud.** 13, 25 (2x); **Apoc.** 1:6 (2x), 18 (2x); 4:9 (2x); 10 (2x); 5:13 (2x); 7:12 (2x); 10:6 (2x); 11:15 (2x); 14:11 (2x); 15:3, 7 (2x); 19:3 (2x); 20:10 (2x); 22:5 (2x).

b) o século, com o significado de o mundo material. (Em oposição ao mundo espiritual), ou com o sentido de uma geração. 28 vezes:

**Mat.** 12:32; 13:22, 39, 40, 49; 24:3; 21:20; **Marc.** 4:19; 10:30; **Lc.** 16:8; 18:30; 20:34,35; **Rom.** 12:2; **1 Cor.** 1:20; 2:6 (2x), 8; 3:18; **2 Cor.** 4:4; **Ef.** 1:21; 2:2; **1 Tim.** 6:17; **2 Tim.**- 4:20; **Tit.** 2:12; **Heb.** 6:5; 9:26; **1 Pe.** 3:18. (PASTORINO, C. T. 1964, p. 10)

Como observamos, numa análise profunda do capítulo 20 do livro de Apocalipse é bastante simbólica e concomitante a tudo que apresentamos até o momento, entendemos que as penas dos ímpios, relacionados a não praticarem a lei do amor, estarão condenados temporariamente aos ciclos de reencarnação de expiação, reparação e reconstrução de sua conduta. Vejamos a seguir mais um posicionamento do pastor:

Apóstolo Paulo:

• “Os quais sofrerão, como castigo, a perdição eterna, banidos da face do Senhor e da glória do seu poder” (2 Ts. 1:9).

Dentro de uma das melhores traduções do grego que dispomos que é a **Bíblia de Jerusalém**, ao qual este texto se refere a ação de graças e encorajamento e a última retribuição, segundo o apóstolo Paulo (2Ts 1,1-12), ao qual citaremos apenas a parte que foi mencionada pelo pastor e o desfecho por ele ignorado. Vejamos:

2Ts 1,9-10: O castigo deles será a ruína eterna, *longe da face do Senhor* e do esplendor de sua majestade, *quando ele vier, naquele Dia, para ser glorificado na pessoa de seus santos, e para ser admirado* na pessoa de todos que creram<sup>d</sup> – e vós acreditastes em nosso testemunho!<sup>e</sup>.

d) Parece que aqui o Apóstolo pensa nos anjos (os “santos”: cf. At 9,13+) e nos cristãos (“aqueles que creram”).

e) A condenação dos que rejeitaram o Evangelho é descrita em contraste muito forte com a glorificação dos fiéis, em termos bastante duros, explicáveis, talvez, pela perseguição sem tréguas – Depois do parêntese dos vv. 6-10, o pensamento retoma a continuação do v. 5. (Bíblia de Jerusalém. 2002. p. 2066)

Percebemos que ruína eterna (aion) é muito diferente de perdição eterna (aion) igualmente temporárias dentro do contexto grego, o que nos leva a acreditar que uma ruína é temporária ao período de arrependimento pelos atos dos romanos, ante a

perseguição dos primeiros Cristãos a que se refere o apóstolo Paulo. Certamente este é o objetivo, regeneração da humanidade através da prática do Evangelho e reconstrução de uma vida digna através das vidas sucessivas. Passemos ao ponto seguinte do pastor:

Autor da Epístola aos Hebreus:

- “Como escaparemos nós, se descuidarmos de tão grande salvação?...” (Hb 2:3a);
- “Porque se voluntariamente continuarmos no pecado, depois de termos recebido o pleno conhecimento da verdade, já não resta mais sacrifício pelos pecados, mas uma expectativa terrível de juízo, e um ardor de fogo que há de devorar os adversários. Havendo alguém rejeitado a lei de Moisés, morre sem misericórdia, pela palavra de duas ou três testemunhas; de quanto maior castigo cuidais vós será julgado merecedor aquele que pisar o Filho de Deus, e tiver por profano o sangue do pacto, com que foi santificado, e ultrajar ao Espírito da graça? Pois conhecemos aquele que disse: Minha é a vingança, eu retribuirei. E outra vez: O Senhor julgará o seu povo. Horrenda coisa é cair nas mãos do Deus vivo” ( Hb 10:26-31 );

Nessa passagem da Epístola aos Hebreus, ao qual é desconhecida a sua autoria, percebemos que as citações do pastor não enfatizam, em nenhum momento, o inferno e concomitantemente as penas eternas, antes, porém, há a exortação (Hb 2,3) e logo após a pregação do perigo da apostasia (Hb 10,26-31) que em nenhum destes registros há base para as penas irremissíveis. Passemos, porquanto, a penúltima citação. Vejamos:

Daniel:

- “E muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para a vergonha e desprezo eternos” (Dn 12:2).

O profeta Daniel compõe um dos grandes profetas apocalípticos que previu o fim de uma era de perseguição dos gregos aos israelitas. Como bem o dissemos, sobre estas profecias não vamos entrar no detalhe, por estarmos produzindo uma obra com este intento, mas precisamos situar o objetivo do profeta, em determinar o tema “O tempo do fim” contido em (Dn 11,40-25; 12,1-2) a ressurreição e retribuição (Dn 12,2-4) ao qual o pastor isolou a parte que o interessa, e, enfim, o desfecho da profecia lacrada (Dn 12,5-13) que neste caso encerraria a perseguição dos gregos com a morte de Antíoco IV Epifanes no século II a.C. Vamos novamente recorrer a [Bíblia de Jerusalém](#) para abalizarmos nossa pesquisa, e para isso, precisamos citar uma passagem anterior

a citada pelo pastor. Vejamos:

Dn 11,45 Armará as tendas do seu palácio entre o mar e a montanha do santo Esplendor. E chegará a seu tempo <sup>c</sup>. sem que ninguém venha em auxílio.

c) Morte de Antíoco (cf. 8,25) (Bíblia de Jerusalém. 2002, p. 1578)

Como podemos observar, na época dos Macabeus, estes derrotaram os gregos, sob comando de Antíoco IV Epifanes que veio a morte em batalha no século II a.C. e que fizemos a citação para situar dos que estiveram a receber a recompensa e o opróbrio desta empreitada (Dn 12,2) que o pastor lançou mão, mais uma vez atropelando o contexto, a hermenêutica e o bom senso. Vamos a citação final. Vejamos:

João Batista:

• “Quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, porém, desobedece ao Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus” (Jo 3:36).

Nesta última citação ingloria do pastor tentando provar a existência do inferno e suas penas irremissíveis, temos a citação contextualizada do ministério de Jesus na Judeia e o último testemunho de João (Jo 3,21-36) que em nenhum momento alude para penas irremissíveis, antes, porém, diz claramente que aquele que não segue os ensinamentos do Mestre, a ira de Deus permanece sobre ele. Passemos, porquanto, ao item seguinte.

### **5.3. É Repugnante à Justiça:**

O pastor neste ponto de suas elucubrações vai tecer comentários acerca da justiça e seu conceito dentro da perspectiva humana e estabelecer a bíblia como mediadora direta do caráter aplicativo deste mesmo aspecto da justiça, contudo numa visão divina, sob olhar humano, onde desqualificará a justiça apresentada pela Doutrina Espírita e ao que iremos ver, ele nem mesmo sabe onde está exarado na codificação as dez leis divinas promulgadas e esclarecidas pela espiritualidade. Vejamos sua conceituação:

O que é justiça? O extinto programa de TV intitulado “Você Decide” é um nítido exemplo do quanto a consciência humana está atrofiada, e, portanto, impossibilitada de decidir por si só entre o justo e o injusto: milhões de pessoas diziam “sim” e milhões diziam “não”. E agora José? Se alguém se achar no direito de fazer lei de uma dessas afirmações, não poderá impedir que um outro faça lei da que sobrar, porquanto, embora divergentes entre si, ambos têm, de per si, milhões de

simpatizantes. Assim fica claro que o homem necessita duma unidade padrão, com a qual possa gabaritar suas palavras e obras, bem como se certificar da autenticidade ou não de tudo aquilo que se intitula justiça.

Vimos em capítulos anteriores que o pastor destituiu o tribunal judaico em aplicar a Lei de Moisés, lançando ao estado, igualmente judaico, mesmo sob domínio romano a sua aplicação. Agora ele parece mudar de posicionamento e lança mão da validade da justiça pela bíblia como centro de justiça divina. O mesmo pastor demonstrou desconhecer o tribunal judaico, ignorou que o estado de Israel estava sob domínio de Roma, onde até exemplificamos que havia um estado dominado e a lei vigente era romana ao tempo de Jesus. Outrossim, havia a aplicação da Lei de Moisés num prisma judaico pelo tribunal do sínédrio, concomitante ao de Roma, onde até Jesus foi julgado em ambos tribunais e condenado a morte numa pena romana, pois a Lei de Moisés deveria aplicar a morte por apedrejamento, tal qual encontramos suas nuances no *Talmud Bavli – Macot*, o que parece ser de desconhecimento do pastor que levou seus leitores ao erro. Por fim, demonstramos que existiam leis da Torá que já se encontram em desuso e nem tudo que ali está, é mais aplicado nos dias atuais. Mas vamos mais uma vez as referências do pastor:

E esta unidade padrão, segundo nos informaram os homens santos de Deus e o próprio Jesus, existe: é a Bíblia. Senão vejamos:

Jesus:

- “Errais, não conhecendo as Escrituras...” (Mt 22:29);
- “... a Escritura não pode ser anulada” (Jo 10:35);
- “... as Escrituras... dão testemunho de mim” (Jo. 5:39);

O contexto do Evangelho de Mateus, capítulo 22, é subdividido em uma *parábola do banquete nupcial* (Mt 22,1-14), *o tributo de César* (Mt 22,15-22), *a ressurreição dos mortos* (Mt 22,23-33), *o maior mandamento* (Mt 22,34-40) e *o Cristo, filho e Senhor de Davi* (Mt 22,41-46). Contudo, vamos nos ater ao evento da ressurreição dos mortos (Mt 22,23-33) que é o que descontextualizou o pastor, citando apenas o verso 29, prefigurando que por tabela, nós Espíritas também erramos por não conhecermos as Escrituras. O assunto tratado é do ressurgimento à vida espiritual, após a morte, através da Lei Mosaica de perpetuação da geração através da sucessão do casamento pelos irmãos do esposo, caso houvesse a morte do primeiro marido (Mt 22,24-28). Os Saduceus não acreditavam na vida espiritual (Mt 22,23) e Jesus os exortam que não conheçam as Escrituras, por ignorar que Deus não é Deus de mortos, mas de vivos (Mt 22,32) e que no plano espiritual não há casamento, sendo todos comparado a anjos, ou



em numa linguagem fácil, espíritos (Mt 22,30). Diante de toda a pesquisa nas obras da codificação e nas obras complementares, segundo o que o pastor realizou tal empreitada, nós espíritas não acreditamos na vida espiritual tal como os Saduceus? Parece-nos que o nobre pastor não pesquisou bem sobre o contexto de sua primeira citação.

Na segunda citação do pastor do Evangelho de João, capítulo 10, encontramos em seu contexto as seguintes passagens, *o bom pastor* (Jo 10,1-21) e *a verdadeira identidade de Jesus* (Jo 10,22-39). Iremos nos ater ao último contexto que trata da verdadeira identidade de Jesus (Jo 10,22-39), onde o pastor descontextualizou novamente apenas o verso 35, asseverando que nós espíritas não podemos anular as Escrituras. O contexto desta passagem é justamente onde podemos ver que na festa da Dedicção em Jerusalém, o Mestre estava no Templo e os judeus os inquiriam a dizer-lhes abertamente que ele era o Cristo, o Messias, que dissesse claramente a eles, onde o Cristo os adverte de que eles não acreditavam nele, nem em suas obras, ao qual fazia pelo Pai, e que ele, o Cristo e o Pai eram um, levando aos judeus a apedrejá-lo, já que Jesus, sendo homem, se fazia Deus. Contudo, Jesus os advertia que assim como diz as Escrituras, sois deuses (Jr 1,5) e por este motivo ela não deveria ser anulada (Jo 10,35). Em outras palavras, nós espíritas não acreditamos na potencialidade do Cristo em ser um espírito puro a operar maravilhas em sua missão? Claro que não e deste motivo não há menção deste contexto ao que se quer demonstrar o pastor acerca da Justiça que não é o objetivo deste texto. Depois somos nós espíritas taxados de incoerentes!

Por fim, temos a citação novamente do Evangelho de João, capítulo 5, que trata da *cura do enfermo na piscina de Betesda* (Jo 5,1-18) e *discurso sobre o Filho do Homem* (Jo 5,19-47). O pastor descontextualiza novamente citando apenas o verso 39, onde nós espíritas taxamos as Escrituras de não falarem do Cristo. Não entraremos no mérito das profecias acerca da vinda do Messias e sua análise pormenorizada, entretanto, vamos nos ater no conceito de justiça que não tem nada a ver com este contexto e que nem mesmo nós espíritas não desacreditamos nas referências do Tanah que dizem respeito à vinda do Messias. Passemos agora a análise de Isaías, citado pelo pastor:

Isaías:

- “À Lei e ao Testemunho! Se eles não falarem segundo esta palavra nunca verão a alva” (Is 8:20);

Curiosa a citação do pastor, quanto ao quesito justiça, como se nós espíritas

desabonássemos o Tanah e seus ensinamentos, mas vamos citar o verso anterior suprimido pelo pastor.

Is 8,19-10 Quando, pois, vos disserem: Consultai os que têm espíritos familiares e os adivinhos, que chilreiam e murmuram: Porventura não consultará o povo a seu Deus? A favor dos vivos consultar-se-á aos mortos? À lei e ao testemunho! Se eles não falarem segundo esta palavra, é porque não há luz neles.

Acerca do caráter de justiça apontado pelo pastor, é o que toda a reunião mediúnica se faz, inquirir a todo espírito que fale segundo a lei de amor e caridade, caso se não houver esta afirmação por parte dele, certamente que se trata de um espírito leviano. Em outras palavras, o pastor ignorou o verso anterior, descontextualizou e nos recomendou seguir o que já aplicamos. Completamente incoerente! Vamos agora às citações de Paulo.

Apóstolo Paulo:

- “Escrevo-te estas coisas ... para que saibas como convém andar ...” (1 Tm 3: 14,15);
- “Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça” (2 Tm 3:16);

O primeiro contexto da primeira epístola de Paulo a Timóteo, inserida no capítulo 3, entendemos que Paulo orienta Timóteo da *Igreja e o ministério da piedade* (1Tm 3,14-16) que é um pilar da Igreja nascente. Outrossim, somos nós espíritas contra a lei de piedade e ao credo apostólico do verso omitido de número 16? Certamente que não, onde observamos que mais uma vez encontramos incongruências nos argumentos do pastor e não citações mutiladas que dão aos seus leitores a falsa impressão de que a justiça pregada nas Escrituras é relegada por nós Espíritas. Mais uma demonstração da falta de bom senso.

Acerca da segunda citação na segunda epístola de Paulo a Timóteo, capítulo 3, encontramos em seu contexto a *advertência contra os perigos dos últimos tempos* (2Tm 3,1-17). Paulo neste contexto, adverte Timóteo acerca do comportamento daqueles que seriam contrários a lei de amor ao próximo, previstos para os últimos dias de sua era que ele, inclusive, acreditava passar, onde advertia a Timóteo o bom agir e a esperança na missão do Evangelho. Nessa passagem, ao desfecho (2Tm 3,16), é popularmente pregada como se Paulo se referia a toda a Bíblia, mas ao seu tempo só existia o Tanah, prefigurando que poucas cartas paulinas que circulavam nas primeiras comunidades cristãs. Com isso, vemos que não somos contra o ensino moral do Tanah, mas somos

impelidos a registrar que não havia Novo Testamento à época desta exortação de Paulo a Timóteo e que ela se refere ao Tanah somente. Passemos, porquanto, a citação final do pastor, sobre Pedro.

Apóstolo Pedro:

- “Sabendo, primeiramente, isto, que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação, porque jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens santos falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo” (2 Pe. 1: 20,21).

Nesta citação da segunda epístola de Pedro, capítulo 1, é tratado sobre a *liberdade de Deus* (2Pe 1,3-18) e a *palavra profética* (2Pe 1,19-21), onde iremos nos ater a este último conceito que Pedro exorta as primeiras comunidades cristãs, a testificarem os profetas do Tanah, onde até há uma passagem curiosa que a tradução de *estrela d'alva* em português, vem do grego *phosphoros* e foi traduzida por *lucifer* em latim e que deveriam nascer nos corações dos primeiros cristãos, citado no verso 19 ignorado pelo pastor. Certamente que voltaremos a este assunto e que vamos desenvolver este tema no tópico propício, mas que neste contexto, não há profecia dos profetas do Tanah que desconsideramos, mas que damos a devida interpretação, não cabendo esta recomendação aos Espíritas que já concebem este conceito. Em nenhum momento é relatada a justiça como tema desta citação. Passemos adiante.

Está claro, é a Bíblia que dá a primeira e última palavra em todos os setores da nossa vida. Temos algo incomparavelmente mais confiável do que as falíveis razões humanas: a Bíblia, a Palavra de Deus.

Aceitar toda a Bíblia como regra de fé, exortamos apenas a sua conceituação moral, principalmente no código de vida pregado por Jesus no sermão da montanha, pois percebemos que muitas ordenanças exaradas na Lei de Moisés entraram em desuso e até a demonstramos anteriormente, não cabendo a nós voltarmos a este tema. Aplicar o conceito de justiça das leis humanas, sabemos que também são passíveis de mudança e que evoluem com o progresso da humanidade. Contudo, existem leis humanas que já substituíram muitas das leis mosaicas e que certamente o pastor não vai dar o braço a torcer sobre este fato.

Se mal interpretado, o que foi apresentado até aqui pode levar um leitor desavisado a concluir precipitadamente que o autor destas linhas discorda do uso da razão. Mas não é este o caso. Eu raciocino sim. Doutro modo eu não teria detectado as contradições do Kardecismo, e talvez já até tivesse me convertido a essa seita.

O que demonstramos foi justamente o contexto das citações do pastor lançadas como prerrogativas de que a não compreendemos no seu estrito conceito de justiça, mas que percebemos que todas as citações do pastor estavam descontextualizadas e de certa forma não se provou que somos contra, mas apenas demos a sua real interpretação, recaindo ao crítico, a insígnia de falta de bom senso que ele mesmo abdicou no início deste capítulo. E que se faça justiça às Escrituras, mesmo que a contragosto do pastor.

O fato de Cristo dizer que “nem um jota ou um til, se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido” (Mt 5:18), justifica o título honorífico de “sagradas letras” (2 Tm. 3:15) que o apóstolo Paulo atribuiu à Bíblia. Até a sabedoria popular já externou a sua opinião acerca da inconsistência das nossas imaginações falíveis, ao dizer: “a cada cabeça uma sentença”. No livro intitulado “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, supracitado, capítulo 5, nº 21, páginas 115-116, está contida uma exortação a não avaliarmos a justiça divina pelos nossos suspeitos padrões. Diz o texto: “Por que haveis de avaliar a justiça de Deus pela vossa?”. Assim o Kardecismo destrói-se a si mesmo.

Acerca da citação do Evangelho de Mateus, no seu capítulo 5, em que Jesus exorta aos judeus que nenhum jota ou til se omitirá da Lei, certamente que ele era questionado pelos fariseus por estar sempre descumprindo a Lei de Moisés e que o Mestre sempre os advertia que deveria ser cumprida até a menor das determinações mosaicas a seu tempo (Mt 5,17-19). Concomitante a esta citação, percebemos que o pastor lança mão de (2Tm 3,15) como se Paulo se referisse a toda a Bíblia, mas que num exame apurado, constatamos que Paulo se refere ao Tanah. Sobre a conceituação inicial de justiça dada pelo pastor como que “a cada cabeça uma sentença”, o advertimos que as leis morais da codificação se encontram na parte terceira da obra *Livro dos Espíritos* que trata das *Leis Morais* e que parece desconhecer o nobre pastor. Por fim, tenta o pastor citar uma frase da obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo* e implodir seu conceito, baseando-se em sua “justiça”. Vejamos o capítulo 5, item 21 que trata de uma vem aventura, a saber *bem-aventurado os aflitos*, citado pelo pastor, mas na integralidade do contexto.

### **Perda de pessoas amadas. Mortes prematuras**

21. Quando a morte ceifa nas vossas famílias, arrebatando, sem restrições, os mais moços antes dos velhos, costumais dizer: Deus não é justo, pois sacrifica um que está forte e tem grande futuro e conserva os que já viveram longos anos, cheios de decepções; pois leva os que são úteis e deixa os que para nada mais servem; pois despedaça o coração de uma mãe, privando-a da inocente criatura que era toda a sua alegria.

Humanos, é nesse ponto que precisais elevar-vos acima do terra a terra da vida, para compreenderdes que o bem, muitas vezes, está onde julgais ver o mal, a sábia providência onde pensais divisar a cega fatalidade do destino. **Por que haveis de avaliar a Justiça divina pela vossa?** Podeis supor que o Senhor dos mundos se aplique, por mero capricho, a vos infligir penas cruéis? Nada se faz sem um fim inteligente e, seja o que for que aconteça, tudo tem a sua razão de ser. Se perscrutásseis melhor todas as dores que vos advêm, nelas encontraríeis sempre a razão divina, razão regeneradora, e os vossos miseráveis interesses se tornariam de tão secundária consideração, que os atiraríeis para o último plano.

Crede-me, a morte é preferível, numa encarnação de vinte anos, a esses vergonhosos desregramentos que pungem famílias respeitáveis, dilaceram corações de mães e fazem que antes do tempo embranqueçam os cabelos dos pais. Frequentemente, a morte prematura é um grande benefício que Deus concede àquele que se vai e que assim se preserva das misérias da vida, ou das seduções que talvez lhe acarretassem a perda. Não é vítima da fatalidade aquele que morre na flor dos anos; é que Deus julga não convir que ele permaneça por mais tempo na Terra.

É uma horrenda desgraça, dizeis, ver cortado o fio de uma vida tão prenhe de esperanças! De que esperanças falais? Das da Terra, onde o liberto houvera podido brilhar, abrir caminho e enriquecer? Sempre essa visão estreita, incapaz de elevar-se acima da matéria. Sabeis qual teria sido a sorte dessa vida, ao vosso parecer tão cheia de esperanças? Quem vos diz que ela não seria saturada de amarguras? Desdenhais então das esperanças da vida futura, ao ponto de lhe preferirdes as da vida efêmera que arrastais na Terra?

Supondes então que mais vale uma posição elevada entre os homens, do que entre os Espíritos bem-aventurados?

Em vez de vos queixardes, regozijai-vos quando praz a Deus retirar deste vale de misérias um de seus filhos. Não será egoístico desejardes que ele aí continuasse para sofrer convosco? Ah! Essa dor se concebe naquele que carece de fé e que vê na morte uma separação eterna. Vós, espíritas, porém, sabeis que a alma vive melhor quando desembaraçada do seu invólucro corpóreo. Mães, sabeis que vossos filhos bem-amados estão perto de vós; sim, estão muito perto; seus corpos fluídicos vos envolvem, seus pensamentos vos protegem, a lembrança que deles guardais os transporta de alegria, mas também as vossas dores desarrazoadas os afligem, porque denotam falta de fé e exprimem uma revolta contra a vontade de Deus.

Vós que compreendeis a vida espiritual, escutai as pulsações do vosso coração a chamar esses entes bem-amados e, se pedirdes a Deus que os abençoe, em vós sentireis fortes consolações, dessas que secam as lágrimas; sentireis aspirações grandiosas que vos mostrarão o porvir que o soberano Senhor prometeu. – *Sanson*, ex-membro da Sociedade

Espírita de Paris. (1863.) (KARDEC. 2019d. p'94-95) (grifo nosso)

Esta é uma mensagem de um ex-membro da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas e que no decorrer da evolução da missão da codificação e estabelecimento da Doutrina, veio a falecer, mas deu esta importante mensagem como espírito. Seu conteúdo fala justamente de justiça divina e como os homens encarnados julgam pela sua vida terrena esta mesma justiça divina, a retirar a vida de um jovem em vez de um mais velho que aos olhos humanos parece-nos que Deus fora injusto. Dessa forma, é que ele nos exorta a não medirmos a justiça divina pela dos homens, pois pelo teor da mensagem, a morte em idade tenra, julga Deus chamar de volta a seu seio pessoas jovens que serão privadas das provas da vida e dissabores que foram abreviados segundo a providência. Outrossim, á o conforto aos seus pais que não serão abandonados, pois, seu filho sempre estará com eles a acompanhá-los em suas jornadas. Este é o conceito de justiça e parece que o pastor não concorda. Ficamos curiosos em saber qual seria a mensagem de conforto que o pastor daria a uma mãe que perde seu filho em tenra idade que seja diferente a que deu o espírito Sanson e que Kardec colocou justamente no capítulo que trata do tema “Bem-aventurados os aflitos”. Portanto, pela parte que ele destacou e que grifamos, fica implodido o fundamentalismo em suas bases defendidas pelo pastor!

#### **5.4. É Oposto ao Amor de Deus.**

A exposição do pastor gravitará na necessidade de comprovação de que se a vida concedida pelo Mestre é eterna, igualmente a condenação seria também eterna. Ele irá se basear em (Jo 3,16) dentro do contexto do diálogo entre Jesus e Nicodemos (Jo 3,1-21) que trata do tema da reencarnação como condição *sine qua non* para angariar o reino de Deus e como sempre, o pastor ignorou todo o contexto como vem fazendo ao longo de suas elucubrações para extrair do texto um conceito que ao exame apurado, não fundamenta suas teses, já que o contexto é sobre “ver o reino de Deus” como oferta a Nicodemos que era necessário nascer de novo (Jo 3,3), segundo o Mestre. Vamos a sua introdução.

O que a Bíblia afirma com muita clareza, é que realmente existe a pena eterna e que Deus é, inegavelmente, amor. Se temos dificuldades para compreendermos o porquê da severidade de Deus para com o pecado, o problema deve estar em nós. O próprio Kardecismo diz: “Por que haveis de avaliar a justiça de Deus pela vossa?” Talvez a passagem bíblica que mais enfatiza, simultaneamente, a perdição eterna e o amor de Deus, seja Jo 3:16. Este versículo diz: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu Filho unigênito para que todo aquele que nEle crê

não pereça, mas tenha a vida eterna”. Ora, se Deus nos deu Seu filho para não perecermos, está provado que Ele viu que se não no-lo desse, pereceríamos inevitavelmente; e, visto que Ele realmente é amor, e, portanto, não deseja esta tamanha catástrofe para nós, tomou medidas drásticas e radicais contra o pecado, em defesa do pecador. Este texto bíblico (Jo. 3.16) nos assegura que Deus nos deu o Seu Filho com a seguinte finalidade: Nos livrar de perecer e, por conseguinte, nos dar a vida eterna. A esta altura eu pergunto aos kardecistas: O que é perecer? Vejam que estava para nos suceder uma desgraça; o nome dessa desgraça é perecer; e que Deus nos deu o Seu Filho Jesus para anular essa tal desgraça. Se não existe a pena eterna, a que desgraça se refere Jo 3:16? Se todas e quaisquer faltas pudessem ser reparadas através de boas obras e sofrimentos, nesta e/ou noutra (s) encarnação (ões), neste e/ou noutro (s) mundo (s), asseguro que não haveria necessidade de Deus nos dar o Seu Filho unigênito para nos livrar de perecer, pois já teríamos em nós mesmos a solução desse inconveniente: a caridade e as vicissitudes da vida. Logo, Deus nos teria dado o Seu Filho em vão.

Acerca da frase descontextualizada, citada pelo pastor e reafirmada: *“Por que haveis de avaliar a justiça de Deus pela vossa?”*, salientamos que já tratamos deste assunto no tópico anterior e pegar frases isoladas na codificação para comprovar suas teses é do feitio do pastor, até mesmo no trato das citações bíblicas, completamente descontextualizadas igualmente, para impor suas convicções, mesmo se ferir o contexto ao qual está extraindo a informação. Justificando sua tese de que como Jesus orienta a Nicodemos de que todo aquele que crê nele, não pereça, mas tenha a vida eterna. Gostaríamos de salientar que perecer não está em pé de igualdade com a vida eterna, pois entendemos que a recompensa é vitalícia, ou seja, intermitente, mas perecer não coaduna com a exposição do pastor de também ser eterna, pois Jesus disse apenas que nele não crer, vai perecer e não frisou que este conceito é eterno, apenas que estará separado, mas como o contexto do diálogo de Jesus e Nicodemos (Jo 3,1-21) trata da reencarnação e certamente aquele que estiver separado do reino de Deus, que está dentro de cada um de nós, certamente terá a oportunidade de regressar ao aprisco, já que, segundo o Mestre, nenhuma ovelha se perderá. Precisaremos realizar uma exegese sobre este conceito de perecer dentro do grego e que realizaremos mais à frente.

Num outro ponto mais adiante, o pastor insiste que perecer seria está condenado a pena eterna, uma vez que aqueles que não acreditam no Mestre, pereceriam e o pastor compara este conceito a uma condição bem desfavorável. Lembramos que perecer é uma condição transitória, pois como já bem adiantamos, estar separado do reino de Deus, não haveria razão em Jesus afirmar que nenhuma ovelha se perderia

(Lc 15,3-7), uma vez que no primeiro momento muitos não acreditaram em Jesus em sua missão das Boas Novas. A compreensão tacanha do pastor no trato com as vidas sucessivas, não se circunscreve apenas a sofrimentos e punições de vidas precedentes. O objetivo da reencarnação é justamente o aperfeiçoamento espiritual, objetivando alcançar o anseio de Nicodemos que era ver o reino de Deus (Jo 3,3). Vejamos o que diz a codificação, na obra **O Livro dos Espíritos**, capítulo IV, segunda parte:

167. *Qual o fim objetivado com a reencarnação?*

“Expição, **melhoramento progressivo da Humanidade**. Sem isto, onde a justiça?” (KARDEC. A. p. 124. 2019e) (grifo nosso)

Como bem observamos, de forma concisa, o objetivo da reencarnação é a expiação das faltas e preponderantemente o melhoramento progressivo da humanidade, como bem frisamos. Vamos adiante no ponto seguinte abordado pelo pastor.

Se o sacrifício de Jesus não quita para com Deus o pecador que arrependido crer, segue-se que a vinda de Cristo ao mundo foi inteiramente ineficaz e inoperante, não tendo, portanto, produzido nenhum efeito positivo sobre nós, porquanto ainda estamos sujeitos a tudo quanto estaríamos, se Ele não tivesse vindo em nosso auxílio, a saber, ainda temos que expiar os nossos pecados através das boas ações + sofrimentos. Acontece, porém, que Jesus Cristo disse “que todo aquele” (o que equivale a dizer: seja lá quem for) “que nEle crê” não perecerá, mas terá “a vida eterna”. O que é “não perecer?”. O que é “ter a vida eterna?” “Não perecerá” significa que não sofrerá a pena eterna? Mas para que nos daria Deus o Seu Filho para nos livrar da pena eterna, se esta não existisse? Há! “Não perecerá” significa que o crente não terá que sofrer as consequências dos seus pecados? Como não, se Allan Kardec disse que o homem não se livra de pagar o que deve, nesta ou noutra encarnação, neste ou noutro mundo? Respondam-me, ó kardecistas, o que é o “não pereça” a que Jesus fez menção? Está claro, quem crer vai se livrar de uma coisa ruim chamada perecer. Essa coisa ruim não seria uma pena eterna, pois esta não existe (segundo o kardecismo); também não é deixar de sofrer uma pena temporal, isto é, uma pena por um tempo determinado, até que o pecador expie as suas culpas, pois segundo o kardecismo, o homem sofrerá inevitavelmente as consequências de suas faltas.

Então, que é o “não pereça”? É digno de nota que o “não pereça”, está em oposição com o “tenha a vida eterna”, o que por si só já nos informa que quem não perecer terá a vida eterna, e que quem não tiver a vida eterna irá perecer.



Entraremos agora na exegese do texto grego de (Jo 3,16), a fim de respondermos ao pastor sua dúvida quanto a palavra perecer. Bom, inicialmente, vamos a passagem em grego e sua respectiva tradução. Vejamos:

ουτως γαρ ηγαπησεν ο θεος τον κοσμον ωστε τον υιον τον μονογενη εδωκεν ινα πας ο πιστευων εις αυτον μη αποληται αλλ εχη ζωην αιωνιον (João 3:16 Wescot e Hort)

“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” (João 3:16 ACF)

Vamos nos ater ao grego αποληται (apolētai) que significa sair inteiramente do caminho, abolir, colocar um fim à ruína, tornar inútil, perecer, estar perdido, arruinado, destruído, destruir e perder. A palavra αποληται (apolētai) ocorre sete vezes no Novo Testamento, a saber, Mt 5,29-30; 18,14; Lc 21,18; Jo 3,16; 6,12; 11,50, em que em todos as suas ocorrências encontramos o significado de perecer que denota um estado da alma condizente com o afastamento do reino de Deus, que tem o sentido de separação, tal como alguém que pratica a iniquidade e está sendo julgado com equidade de ser cobrado as suas faltas nas gerações futuras de acordo com a Torá (Ex, 20,5-6) que nos parece ser desconhecido este conceito pelo pastor. Como bem observamos, o conceito de perecer é estar separado do reino de Deus e por este motivo, não o poderia ver, tal como o contexto do diálogo entre Nicodemos em Jesus reflete (Jo 3,1-21). Passemos ao ponto seguinte abordado pelo pastor, após esclarecermos que não há base neste contexto das penas eternas.

Uma vez que nós (os evangélicos) e os kardecistas cremos na imortalidade da alma, e por “vida eterna” entendemos uma existência feliz com Deus para sempre, “pereça” não seria uma existência consciente, sem Deus, infeliz, para todo o sempre? Se o leitor é kardecista, por certo está pensando: “Não pode ser, pois Deus é amor!” Mas aí eu lhe pergunto: O fato de Deus nos ter dado o Seu Filho unigênito para nos livrar da pena eterna, à qual estávamos sentenciados, não é, porventura, uma grande prova de amor? Sendo a pena, eterna ou não, ao nos dar Deus o Seu Filho para nos livrar dessa pena, Ele prova o Seu imensurável amor por nós, você não acha? E se Deus nos deu o Seu Filho para nos livrar da pena, ainda que esta não fosse eterna, estaria extinta por Jesus, continuando Allan Kardec a assumir o sacrílego posto de falso profeta, considerando que muitos anos após Deus nos ter dado o Seu Filho para nos salvar, ele (Allan Kardec) escreveu o seguinte:

**1)** “... O sofrimento é inerente à imperfeição, assim como toda falta dela promanada, traz consigo o próprio castigo nas consequências naturais e inevitáveis ...” (**O Céu e o Inferno**, capítulo VII, nº 33, página 100. Grifo

meu);

Após esclarecermos o conceito de perecer que em grego é ἀποληται (apolētai) tinha o significado de estar destituído do reino de Deus e por ventura, ainda não participante da vida eterna que é justamente o compartilhamento de uma existência espiritual plena, ao grau de espírito puro, sem mais a necessidade de reencarnações com o objetivo de progredir, uma vez que já alcançou a plenitude espiritual, ofertada pelo Mestre (Jo 3,3). Outrossim, se o protestantismo e o espiritismo creem na imortalidade da alma, seria um tanto incoerente acreditar que Jesus prometeu literalmente a vida eterna a seres espirituais que na condição de desencarnados já possuísem a imortalidade! Soaria bem desconexo prometer algo que já se tem de antemão. Com isso, concluímos que Jesus falava de algo mais profundo e que ainda não tínhamos, que era a plenitude espiritual na categoria de espíritos puros que atingissem tal envergadura evolutiva, assim como o contexto do diálogo entre Nicodemos e Jesus era o objetivo da dúvida que motivou o sacerdote ao encontro do Mestre (Jo 3,1-21).

Nos deparamos mais uma vez com uma citação da codificação, realizada pelo pastor de forma descontextualizadas de frases isoladas do seu contexto, ao qual é de praxe por parte dos detratores do espiritismo, pegar pequenos trechos isolados e combater o espiritismo. Iremos mais uma vez citar a obra *O Céu e o Inferno* em seu capítulo VII, na primeira parte que trata da *As penas futuras segundo o Espiritismo*. Não citaremos o artigo na íntegra que é bastante longo, mas iremos citar a parte mutilada, comentar e desenvolveu um resumo do texto de Kardec aos prezados leitores. Vejamos:

### **Princípios da Doutrina Espírita sobre as penas futuras**

[...].

33º) Em que pese à diversidade de gêneros e graus de sofrimentos dos Espíritos imperfeitos, o código penal da vida futura pode resumir-se nestes três princípios:

- 1. O sofrimento é inerente à imperfeição.**
- 2. Toda imperfeição, assim como toda falta dela promanada, traz consigo o próprio castigo nas consequências naturais e inevitáveis:** assim, a moléstia pune os excessos e da ociosidade nasce o tédio, sem que haja mister de uma condenação especial para cada falta ou indivíduo.
- 3. Podendo todo homem libertar-se das imperfeições por efeito da vontade, pode igualmente anular os males consecutivos e assegurar a futura felicidade.**

A cada um segundo as suas obras, no Céu como na Terra — tal é a lei

da Justiça divina. (KARDEC. A. 2019c. p. 90-91) (grifo nosso)

Como podemos observar da parte destacada e evidenciada pelo pastor de forma descontextualizada, constatamos que o interesse dele era frisar o sofrimento atrelado a imperfeição e por tabela julgar a encarnação de forma bem tacanha e negativa, mas ele omitiu a parte que trata na conclusão de Kardec sobre os princípios da Doutrina Espírita sobre as penas futuras, ante ao código penal da vida futura, tal como a moléstia punindo os excessos e a ociosidade dando origem ao tédio, atrelados a condenação do indivíduo. O que bem lembramos é que para estar na contramão desta fatalidade, basta o homem libertar-se destes infortúnios pelo efeito da vontade, assegurando a felicidade e que o pastor, de forma ardilosa e hábil, ocultou de seus leitores, levando-os ao erro em passar um conceito que o Espiritismo não prega, que é apenas o sofrimento, mas sobretudo a felicidade do espírito encarnado, onde é o principal objetivo das vidas sucessivas e por conseguinte, a finalidade de existirmos ante a criação! Passemos ao ponto seguinte aventado pelo pastor.

2) “Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se o não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes, porque todas as existências são solidárias entre si,... (Idem, capítulo VII, nº 9, página, 91).

Por que é inevitável as consequências das nossas faltas, se Deus nos amou de tal maneira que nos “deu o Seu Filho unigênito para que” ao nEle crermos deixemos de perecer e tomemos posse da “vida eterna”?

Mais uma vez encontramos uma citação isolada, mas agora com a novidade de um questionamento do pastor dizendo que se Deus deu a Jesus como meio de angariarmos a vida eterna, não estaríamos passíveis das consequências de nossos atos. Com isso, vamos novamente a citação completa do item nove, destacado, na mesma obra ***O Céu e o Inferno***, contida no capítulo VII, primeira parte, que trata sobre *as penas futuras segundo o Espiritismo*. Vejamos:

### **Princípios da Doutrina Espírita sobre as penas futuras**

[...].

9º) **Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se o não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes, porque todas as existências são solidárias entre si.** Aquele que se quita numa existência não terá necessidade de pagar segunda vez.

10º) O Espírito sofre, quer no mundo corporal, quer no espiritual, a consequência das suas imperfeições. As misérias, as vicissitudes

padecidas na vida corpórea, são oriundas das nossas imperfeições, são expiações de faltas cometidas na presente ou em precedentes existências.

Pela natureza dos sofrimentos e vicissitudes da vida corpórea, pode julgar-se a natureza das faltas cometidas em anterior existência, e das imperfeições que as originaram.

11º) A expiação varia segundo a natureza e gravidade da falta, podendo, portanto, a mesma falta determinar expiações diversas, conforme as circunstâncias, atenuantes ou agravantes, em que for cometida.

12º) Não há regra absoluta nem uniforme quanto à natureza e duração do castigo; a única lei geral é que toda falta terá punição, e terá recompensa todo ato meritório, *segundo o seu valor*.

13º) A duração do castigo depende da melhoria do Espírito culpado. Nenhuma condenação por tempo determinado lhe é prescrita. O que Deus exige por termo de sofrimentos é um melhoramento sério, efetivo, sincero, de volta ao bem.

Deste modo o Espírito é sempre o árbitro da própria sorte, podendo prolongar os sofrimentos pela pertinácia no mal, ou suavizá-los e anulá-los pela prática do bem.

Uma condenação por tempo predeterminado teria o duplo inconveniente de continuar o martírio do Espírito renegado, ou de libertá-lo do sofrimento quando ainda permanecesse no mal. Ora, Deus, que é justo, só pune o mal *enquanto existe*, e deixa de o punir *quando não existe mais*;<sup>42</sup> por outra, o mal moral, sendo por si mesmo causa de sofrimento, fará este durar enquanto subsistir aquele, ou diminuirá de intensidade à medida que ele decresça.

---

42 Nota de Allan Kardec: Vede cap. VI, it. 25, citação de Ezequiel.

(KARDEC. A. 2019c. p. 84) (grifo nosso)

Nessa citação descontextualizada do pastor, referente ao item nove de forma incompleta, sem a conclusão de Kardec que diz “**Aquele que se quita numa existência não terá necessidade de pagar segunda vez.**” De forma bem hábil, abdica do contexto e persevera no conceito de que apenas a faltas recaem sobre o infrator, retirando a conclusão de que após a quitação de seus débitos, estaria livre da condenação, mas o pastor quer ir além e retirar a responsabilidade de nossos atos e colocar nos ombros de Jesus, conforme a sua teologia do sacrifício vicário, pagou pelos nossos pecados, mas aí fica a pergunta, por que ainda continuamos a pecar? Se Jesus pagou pelos nossos erros, deveriam cessar nossas faltas, mas não é isso que ocorre.

Tivemos que citar até o item treze e trazer aos leitores a compreensão, sem

cortes, do conceito sobre as penas futuras, a fim de estabelecer um paralelo de que cessada a cobrança das iniquidades nas gerações futuras, finda a expiação, tal como é tratado na Torá (Ex 20,5-6). Se bem observou o pastor, Kardec traz uma nota de rodapé que interliga o conceito de que quando não há mais delito, não existe mais infrator e a pena chegou ao seu objetivo pedagógico de correção das más inclinações, através das vidas sucessivas, tal como encontramos em (Ezequiel capítulo 18 e 33,11), citação esta que se encontra na obra criticada pelo pastor e que derruba o conceito de penas eternas, tanto na codificação, quanto no Tanah, cabendo as vidas sucessivas o efeito corretivo aos espíritos em débito, como bem frisou Jesus, em nos dizer: **“Com toda a certeza afirmo que de maneira alguma sairás dali, enquanto não pagares o último centavo”**. (Mt 5,26)

Quando o Senhor Jesus Cristo mandou pregar o Evangelho a todas as pessoas, assegurou que “quem crer e for batizado será salvo”; e que “quem não crer será condenado” (confere Mc 16:15,16).

Esta ocorrência já comentamos anteriormente que não se encontra nos manuscritos mais antigos e é uma glosa do copista posterior do Evangelho de Marcos e nem perderemos mais o tempo de comentar uma adulteração bíblica, onde deixamos ao autor e profundo conhecedor do Novo Testamento, Bart D. Ehrman o juízo de valor em sua obra ***Como Jesus se tornou Deus***. Vejamos:

49. A ampla maioria dos estudiosos sobre esse assunto concorda em que os doze versos finais de Marcos foram adicionados por um escriba posterior. **O livro quase com certeza terminava em 16:8**. Ver minha discussão em *Misquoting Jesus: The History Behind Who Changed the Bible and Why* (San Francisco: HarperSanFrancisco, 2005), 65-69. (EHRMAN. B D. 2020. p. 498) (grifo nosso e itálico no original)

Como estudante de teologia, este conceito é básico e parece que o pastor negligencia tal informação, destacando uma citação sem que Jesus houvesse dito a frase mencionada por ele. Com isso, passemos ao ponto seguinte do pastor na defesa das penas eternas.

Logo, os kardecistas precisam saber o seguinte:

- a) O Senhor Jesus salva (Hb 7:25; At 10:43; 2:48; Mc 2:9; Ef 2:5, 8, 9; I Jo 1:7; Rm 3:23-28; Rm 6:23; 8:1);
- b) Quem crê em Jesus não perece, tem a vida eterna, é salvo e não é condenado;
- c) Que significa ser salvo, não perecer, ter vida eterna e não ser

condenado?

Mediante tais citações do primeiro item, percebemos que realmente Jesus salva, mas salva de quê? De nossas imperfeições, pois como o próprio Jesus disse ser o caminho, não julgou que faria por nós, mas deixaria o roteiro a seguirmos, derrubando assim, este conceito ultrapassado do sacrifício vicário que destitui o infrator das consequências de seus atos, em desacordo com a lei divina, bem como criando preguiçosos da fé que colocam nos ombros do Cristo todas as suas mazelas. Por este motivo, o Espiritismo é combatido, pois leva a responsabilidade de nossos atos, explica a causa das aflições, mas dá a esperança no porvir numa superação de nossas imperfeições, jogando uma pá de cal nas penas eternas.

No segundo item, perecer é esta afastado, e como bem realizamos a exegese no grego, entendemos que o conceito é justamente esse, arrastamento de nossas imperfeições através das vidas sucessivas, numa condenação temporária, ante a persistência nos erros que nos levam ao distanciamento da graça divina que nos é outorgada através de nossa vontade de superar nossa escuridão.

E por fim, neste último item, que é um questionamento, respondemos que ser salvo é muito além de apenas uma declaração verbal de estarmos dando ao público que cremos em Jesus, mas não nos esforçamos a adentrar na porta estreita das virtudes, ao qual está reservada aos diligentes na prática do amor ao próximo, levando acalento aos infelizes, sendo indulgentes para com as faltas alheias e sobretudo sendo exemplo de conversão para as gerações futuras. Salvação vai além dos conceitos exarados pelo pastor e as penas eternas, um mito!

Se não há pena eterna, e sim a inevitabilidade duma punição que termina tão logo o penitente pague o que deve através das boas obras e das aflições da vida, nesta e/ou noutra (s) encarnação (ões), pergunta-se: Quem crer no Evangelho será salvo de quê? E quem não crer será condenado a quê? Sim, se existe a inevitabilidade das consequências das faltas, quem crer será salva de que? Igualmente, se não há pena eterna, e sim a inevitabilidade duma pena passageira, quem não crer no Evangelho será condenado a quê, visto que a pena passageira nós sofreremos inevitavelmente, crendo ou não no Evangelho, como o insiste o Kardecismo? Eu estou apelando para a Bíblia, e os kardecistas devem considerar isto relevante, pois como já sabemos, Allan Kardec recorre à Bíblia frequentemente.

Para saber isto, basta ler seus livros. Quem examina as obras do Kardecismo sabe que a literatura kardequiana está recheada de textos bíblicos. Claro, já vimos no capítulo 2 que Kardec o fazia com segundas intenções, mas, de um jeito ou de outro, isso nos confere o direito de

também irmos à Bíblia, para certificarmos se de fato a Bíblia dá ao Kardecismo o apoio que essa seita alega receber do Livro dos livros. Allan Kardec invocou o testemunho bíblico, logo, deixemos que ela fale. Ouçamos, pois, a Testemunha!

Como já bem explanamos anteriormente o conceito de salvação contido nos Evangelhos, tal qual Jesus pregou e a obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo* trata em sua maioria, cerca de 78% do desenvolvimento do sermão do monte do Mestre, registrado no capítulo cinco do Evangelho de Mateus, temos o roteiro da prática das bem-aventuranças como condição *sine qua non* para angariar a vida eterna que é a plenitude da prática das boas ações ante o próximo. Sabemos deste conceito, já que examinamos bem a sua aplicação prática, devido ao fato de Jesus ao descer do sermão e ser abordado pelo jovem rico, que o questionava como teria essa salvação, sabendo o Cristo que ele já seguia os dez mandamentos, era necessário algo mais, ou seja, era preciso ele vender seus pertences, dar aos pobres e seguir o Mestre, fato este que não se concretizou, devido às grandes posses deste jovem. Jesus estabeleceu que não era suficiente seguir a lei, mas sobretudo ser desapegado aos bens terrestres, com a finalidade de dar um passo além na evolução espiritual. Tudo isso está registrado no Evangelho (Mt 19,16-30; Lc 18,18-30).

Uma condição ainda pregada pelo Mestre e que temos registro igualmente nos Evangelhos, é o fato da salvação de Zaqueu que prometera ao Cristo que restituiria até quatro vezes mais a quem ele prejudicou e neste momento, Jesus se convidando a ir a sua casa, anunciou a salvação ao cobrador de impostos (Lc 19,1-10). Jesus veio aos desviados, trazer a libertação dos aflitos, recobrar a dignidade dos pecadores, não os julgando, mas exortando-os à prática das boas obras, a reforma íntima e a condição expressa de seguir sua trajetória de amor e abnegação em favor do menos favorecidos. Por fim, a razão disso se encontra no julgamento final de que serão separados os que fizeram o bem ao próximo e os que foram negligentes, ante a parábola dos bodes e das ovelhas. (Mt 25,31-46). Para nós espíritas, este é o conceito de salvação que se encontra nos Evangelhos e as penas eternas é para aqueles que são impotentes de transformar a vida do seu próximo, quiçá Deus na conceituação destes fundamentalistas!

### **5.5. É Uma Desonra ao Deus Amoroso.**

Este é último tópico em que o pastor vai desferir a sua defesa nas penas eternas como um ato de honra do Criador. Percebemos que este conceito é muito importante para ele e seus partidários, pois mantém o combate à reencarnação e coloca-os num patamar de líderes que intermediam suas ovelhas ao aprisco de suas crenças

fundamentalistas. O que é a honra? Para muito um ato de bravura, para outros um estilo de vida, mas para o senso comum é o *“princípio que leva alguém a ter uma conduta proba, virtuosa, corajosa, e que lhe permite gozar de bom conceito junto à sociedade”*. Este conceito atribuído a divindade, acaba rebaixando o Criador à incapacidade de regenerar seus filhos através de uma pena eterna, imputada para falhas meramente humanas e transitórias, pois ninguém em sã consciência permanece no estado de oposição a lei do amor por toda a eternidade, pois como somos seres finitos, não obtemos a infinitude de nossos erros, já que sempre progredimos, seja intelectualmente, como moralmente, já que esta é a finalidade da criação. Dar a Deus um caráter de separação de sua criação por eternidade de uma pena, colocaria como se o mesmo criador fosse o arquiteto do mal, uma vez que condenará uma boa parcela da humanidade às penas eternas, não tendo acesso e a capacidade de remediar o mal que perdurará pela eternidade. Dessa forma, Deus criou o mal e não pode contra ele, relegando-os a uma zona criada para esta separação eterna, a saber, o inferno. Dessa forma, vamos ao conceito inicial do pastor:

Já informei que o Kardecismo prega que a crença na existência do tormento eterno desonra o Deus amoroso. Porém, a verdade é diametralmente oposta. A severa punição eterna, aplicada sobre o pecado, por si só demonstra quão hediondo crime o pecado é; o que, por sua vez testifica da magnificência de Deus, bem como da magnitude da Sua Lei. Sim, isto exhibe com naturalidade a magnificência de Deus, cuja Lei justa, santa e boa não pode ser ultrajada sem horríveis consequências. O pecado, por ser contra Deus, o qual é infinito em todos os Seus atributos: justiça, santidade, bondade, etc., é um crime de hediondez infinita que reclama punição infinda. Uma punição dosada (deficiências físicas, doenças, pobreza... e outras desventuras), como a sugerida pelos kardecistas, seria algum tipo de misericórdia e afrouxamento da justiça divina, o que só ocorrerá no dia em que Deus deixar de ser Deus. Mas, como Deus é de eternidade a eternidade (SI 90.2), o fogo que se acendeu na Sua ira (Dt. 32:22) jamais apagará; o que perpetua infinitamente o tormento dos perdidos. Lembremo-nos que “o juízo será sem misericórdia” (Tg. 2:13).

O tormento eterno não é contrário ao amor de Deus, mas sim, oposto às consciências cauterizadas (1 Tm. 4:2) dos homens naturais que, por isso mesmo, não podem compreender as coisas do Espírito de Deus, por lhes parecerem loucura (1 Co. 2:14).

Entramos agora no conceito de que para o pecado que é justamente o desvio da lei divina, como sendo algo permanente, já que o infrator está sujeito a uma punição severa com a eternidade da pena, que segundo o pastor, é uma punição equitativa ao amor de Deus que em contradita, odeia o pecado, mas sabemos que o objetivo é que o



infrator se arrependa dos seus atos iníquos e volte-se ao caminho do bem, tal qual nos diz o Tanah e que certamente o pastor ignorou o seu real significado.

O Senhor é misericordioso e compassivo; longânimo e assaz benigno. **Não repreende perpetuamente**, nem conserva para sempre a sua ira. Não nos trata segundo os nossos pecados, nem nos retribui consoante as nossas iniquidades (Sl 103:8-10)

Percebemos que isoladamente podemos afirmar o conceito das penas eternas e o pastor se valeu deste requisito que é o seu expediente dentro da sua visão bíblica, condenar ao inferno e às penas eternas àqueles que não seguem sua ortodoxia. A punição dos hebreus é constante na tradição oral registrada no Talmud, que inclusive o pastor demonstrou desconhecer, era tradição entre os judeus à época de Jesus, tal qual vemos o episódio do homem coxo que foi curado por Jesus e que o Mestre o advertiu de que deveria permanecer curado apenas se não voltasse a pecar (Jo 5,14), bem como no caso do cego de nascença que Jesus curou e os discípulos acreditavam que o cego, ou até mesmo os pais dele pecaram para que nascesse cego (Jo 9,1-41) e o que nos parece, o pastor também desconhece este conceito da lei de causa e efeito exarada na Torá (Ex 20,5-6) que desenvolveremos com mais detalhes quando tratarmos da reencarnação.

Com isso, o pastor lança mão de um cântico de Moisés em apenas um versículo do livro de Deuteronômio, a fim de corroborar que o inferno existe e que as penas são eternas. O que trata em seu contexto, deste cântico de Moisés (Dt 32,1-52) que é tratado diversos temas, tal qual observamos na nota explicativa da *Bíblia de Jerusalém* e em seguida vamos abordar a questão do Xeol que a citação do pastor se refere. Vejamos:

Este cântico é um trecho de alto valor poético que exalta o povo de Deus de Israel, o único Deus verdadeiro. Após uma introdução de estilo sapiencial (vv. 1-2), proclama a perfeição das obras de Deus (vv. 3-7), sua providência em favor de Israel (vv. 8-14), a ela opondo a rebelião do povo (vv.15-19), **seguido do julgamento (vv.19-25)**. Deus, contudo, não abandona Israel aos seus inimigos (vv. 26-35) e intervirá em favor de seu povo (vv. 36-42); o v. 43 é doxologia. Este cântico existiu de modo independente, antes de ser integrado no Dt. Sua datação é difícilíssima, alguns traços de estilo arcaico frequentemente levaram a atribuir-lhe data antiga; os opressores de Israel a que alude seriam então os filisteus (sec. XI). Contudo, as relações com os salmos e os profetas, especialmente com o Deutero-Isaias e Jeremias, sugerem antes uma data mais baixa; os opressores, neste caso, seriam os babilônios (sec. VI a.C.). (Bíblia de Jerusalém. 2002, p. 298) (grifo nosso)

Observamos que o pastor mais uma vez abre mão do contexto para fundamentar seus dogmas (Dt 32,22) como se existisse o inferno e as penas eternas. Perguntamos a ele se examinou o contexto que o julgamento não é individual, mas à nação de Israel (Dt 32,19-25), assim sendo, Israel foi condenada a pena eterna do inferno? Claro que não, pois a nação no desfecho do contexto chegou a terra prometida. O texto mencionado pelo pastor é sobre o Xeol que já esclarecemos que se trata de um lugar-comum a todos os mortos. Mais uma vez, esclarecemos que é importante o pastor respeitar o contexto que não é muito favorável a suas elucubrações.

Encontramos agora com uma pérola do pastor que diz que o que “o juízo será sem misericórdia” se referindo a (Tg 2,13). Ele examinou o contexto (Tg 2,1-26)? Creio que não, já que observamos que o apóstolo exorta quanto ao tema **o respeito devido aos pobres e a fé e as obras** que depõe contra o pastor que defende a salvação pela fé sem obras. Este contexto é completamente contra este conceito e diz que aqueles que desdenham dos pobres, sem misericórdia, pela lei serão julgados sem misericórdia, desculpem-nos o pleonasma. Vamos novamente recorrer ao exame desta citação, contido na nota explicativa da *Bíblia de Jerusalém*. Vejamos:

Tg 2,13: porque o julgamento será sem misericórdia **para quem não pratica a misericórdia**. A misericórdia desdenha o julgamento. <sup>a</sup>

a) “julgamento”, aqui no sentido de condenação. O julgamento pertence somente a Deus, autor da Lei (4,11-12; 5,9, cf SI 9,9+). Ele sancionará a prática da Lei (1,25; 2,8), condensada na misericórdia. (Bíblia de Jerusalém. 2002, p. 2109) (grifo nosso)

Observem leitores, que o pastor destacou que o julgamento será sem misericórdia, mas suprimiu que este mesmo julgamento será sem misericórdia, para àqueles que não tiverem misericórdia para com os pobres que é o contexto ao qual o pastor mais uma vez abriu mão, e que fizemos o favor de grifarmos a parte omitida do pastor, levando-os ao erro, mas não a nós que examinamos no detalhe. Dessa forma, texto fora de seu contexto, é pretexto, e neste caso, para embasar o pastor em seu conceito de penas eternas que estão a cada linha que estamos desenvolvendo sem o embasamento bíblico advogado pelo pastor. Depois é o espiritismo incoerente! Vamos adiante nos argumentos do pastor.

Os Kardecistas também creem que Deus fará justiça punindo o pecado. O que eles não admitem é que a punição seja tão severa. Todavia, o castigo do pecado terá a duração que Deus julgar necessária, e não a que gostaríamos que tivesse.

Não nos deve causar estranheza o fato de os padrões da justiça divina

não coadunarem com os nossos pontos de vista. Até os livros de Allan Kardec nos exortam, como já informei acima: “Por que haveis de avaliar a justiça de Deus pela vossa?”. Este conselho foi dado por um demônio a Allan Kardec, mas os kardecistas fariam bem, em acatá-lo. Neste ponto o Diabo está certo.

Mais uma vez o pastor trouxe uma frase do espírito Sanson publicada na obra *O Céu e o Inferno*, que diz: **“Por que haveis de avaliar a justiça de Deus pela vossa?”**. Onde destacamos que já o respondemos dentro do contexto da mensagem ignorada pelo pastor que trata justamente o desencarne de pessoas jovens, exortando aos pais a resignação em suportar tal prova, uma vez que Deus houvera retirado este rebento em tenra idade, livrando-os das vicissitudes da vida, mas dando aos pais uma provação em perdê-lo apenas do convívio físico, mas que ele estaria junto deles, amando-os da mesma forma. Ficamos intrigados com o conselho do pastor que fosse diferente deste que apresentamos e que a mensagem, em seu contexto, se refere. Qual seria seu conselho pastor, já que sua justiça da pena eterna consola? Deixemos ele refletir e também os leitores. Passemos ao ponto seguinte de sua argumentação.

Ainda a respeito da alegação de que o tormento eterno é oposto ao amor de Deus, respondo que Deus preferiu nos dar Seu Filho Unigênito para nos livrar do Inferno, a diminuir o castigo devido ao pecado.

A eternidade da pena do pecado santifica o nome de Deus, pois evidencia que Ele não compactuou com o pecado, deixando de puni-lo a altura de seus méritos. Deus não precisa afrouxar a pena do pecado para demonstrar o Seu amor por nós, visto que o Seu infinito amor já se descortinou no Calvário (Rm 5.8).

Percebemos mais uma tentativa do pastor de passar o conceito das penas eternas baseado na citação isolada de (Rm 5,8). Observamos este seu expediente e ao examinarmos o contexto de que Paulo escreve em (Rm 5,1-11), é uma exortação a **justificação e penhor do Senhor**, que em nada abonando um conceito de penas eternas. Mais uma vez vamos recorrer a nota explicativa deste contexto da **Bíblia de Jerusalém**. Vejamos:

#### **A justificação, penhor do Senhor <sup>a</sup>**

- a) Tema da segunda parte (5-8): o cristão justificado (cf 1-4) encontra no amor de Deus e no dom do Espírito a garantia da salvação. Os vv. [1-1], introdução da seção Rm 5-8, então voltados para o futuro, enquanto o vv. [2-2] voltam para o passado para destacar, em oposição a figura de Adão, o papel único de Cristo, por quem toda graça nos foi dada em plenitude. (Bíblia de Jerusalém. 2002, p. 1973)

Conforme fomos à fonte, em nada Paulo alude as penas eternas e o esforço do pastor em tentar passar aos seus leitores que as penas eternas refletem o amor de Deus, sendo este mesmo amor renegado aos que se desviaram momentaneamente do caminho do bem, destinadas ao suplício eterno, sem oportunidade de se regenerarem, prefiguram uma divindade implacável e incapaz de reconstituir a sua criação que tem um único objetivo, a felicidade. Este é o consolo oferecido no conceito do pastor, as penas irremissíveis, sem ao menos uma chance de recuperação do infrator, já que está condenado eternamente. Sabemos qual o seu intento, renunciar a reencarnação que é o único meio de expiação das faltas, correção pedagógica dos vícios e reparação numa existência futura. Este é o objetivo do pastor, abraçar as penas eternas e negar a reencarnação como meio de reparação das faltas. Passemos ao ponto seguinte.

Os horrores do tormento eterno provam o valor do sacrifício de Jesus. A grandeza de um livramento é proporcional ao tamanho do perigo do qual se livrou. São os livramentos das grandes catástrofes que, geralmente, nos deixam grandemente emocionados. Quando nos livramos de um pequeno inconveniente, não nos emocionamos muito. Assim podemos perceber quão grande é o livramento que Jesus nos deu! Ele nos livrou dos horrores eternos! Logo, infinito é o valor do seu sacrifício por nós! O sacrifício é de valor infinito porque o sacrificado infinito é, pois se trata do sacrifício do Deus-Homem. Este sacrifício infinito se fez necessário porque a pena é infinita. A pena é infinita porque o pecado é crime cuja hediondez é infinita. E o pecado é crime de hediondez infinita porque infinito é o Deus contra o qual pecamos. Este Deus, por ser infinitamente justo, lavrou uma sentença infinita. E por ser infinitamente bom, provê salvação infinita, através do sacrifício de preciosidade infinita, a todos os que arrependidos aceitam a graça infinita, oriunda do hediondo espetáculo da Cruz de Cristo (Lc 23.48). Espetáculo este de valor infinito. Deste modo, o sacrifício infinito prova que a pena é infinita, pois do contrário seria desperdício. E a pena infinita prova o valor infinito do sacrifício, pois doutro modo seria insuficiente, isto é, por não ser correspondente, não substituiria o pecador; e, portanto, não quitaria a dívida contraída por nós. É possível concluir que Cristo não pregou o suplício eterno? Já sabemos que Kardec respondia positivamente a esta pergunta, mas essa postura não condiz com os fatos. A Bíblia (o Livro ao qual Kardec amiúde recorria no intuito de provar não sei o quê), muito longe de lhe ser solidária, o refutava.

Agora entramos no conceito da eternidade, levantado pelo pastor ao se referir que se Deus é infinitamente justo e bom, logo seria implacavelmente infinitamente relegando os pecadores ao suplício eterno. Este conceito é bem simples de cair em sua base, pois entendemos que se Deus é eterno em seus atributos e tudo criou, havendo um mal que perdure por toda a eternidade, logo, concluímos que Deus criou o mal, já

que este mesmo Deus é incapaz de transformar trevas, em luz. Assim, num axioma bem simples e com o raciocínio apurado no conceito dos atributos de Deus, descortinados no primeiro capítulo da obra *O Livros dos Espíritos*, que por sinal o pastor nem comenta, entendemos que as questões ali desenroladas por Kardec e respondidas pelos espíritos, estabelecem parâmetros que a nossa capacidade alcança na conceituação de Deus. Sabemos que não temos como definir a divindade, pois limitamos o criador ao nosso ponto de observação, mas entendemos que se as penas são eternas, igualmente concluímos que o mal também é eterno e se Deus tudo criou, logo, Deus criou o mal e não pode contra ele. Dessa maneira, cai um de seus atributos que é a onipotência, já que contra o amor por Ele disseminado em sua criação, na visão do pastor, haverá o mal por toda a eternidade, a medir forças com este mesmo Deus.

O espetáculo da crucificação de Jesus, mediante a citação de (Lc 23,47-49), respeitando sempre o contexto, é o evento **após a morte de Jesus** que o centurião reconheceu que aquele homem que acabou de morrer era um justo e as pessoas que ali estiveram, saíram batendo no peito. Imagina se disséssemos àquelas pessoas que aprovaram a morte de Jesus, que elas estavam condenadas ao suplício eterno? Desacreditariam imediatamente ao saberem, pois não dariam credibilidade a uma lei que os puniria por todo o sempre e seríamos muito cruéis em relegar estes que ali aprovaram a morte do Mestre. Este é um conceito que igualmente das penas eternas, cai por terra e somente através das vidas sucessivas que encontramos a verdadeira justiça divina em retribuir a cada um segundo as suas obras! Reforçamos ainda que Jesus rogou ao Pai que perdoassem seus algozes (Lc 23,34), já que eles não sabiam o que estavam fazendo. Se o Cristo os perdoou, rogou ao Pai a isenção de culpa pela condenação do Cristo à morte, devido a ignorância, como sustentar que estes mesmos pecadores pagariam pelos erros que o Cristo os perdoou? Somente a reencarnação poderá dar uma resposta satisfatória a tal evento! Passemos ao ponto seguinte.

Ser ou não ser cristão, é possível; mas é impossível ser espírita e cristão simultaneamente. Conheço muitos cristãos, bem como inúmeros espíritas, mas cristão-espírita ou espírita-cristão, eu ainda não vi, sequer, um.

Já desenvolvemos este tema se o Cristianismo e o Espiritismo divergem e baseados nos ensinamentos de Jesus, percebemos que as diferenças se dão mais nos dogmas do que na regra de conduta, já que a moral do Cristo é universal. Destarte, recomendamos a leitura complementar a esta obra de nosso artigo: [Há diferença entre Cristianismo e Espiritismo?](#) Esta é uma pergunta que os prezados leitores poderão responder, após conhecerem nossa tese que não há! Vamos ao desfecho este capítulo.

Do exposto neste capítulo, o Inferno está justificado, Deus não é desonrado por isto, Jesus é exaltado, e os kardecistas que se cuidem. A nossa mente finita, muito aquém da de Deus, não consegue entender a coexistência do inegável e demonstrado amor de Deus, com a pena eterna, mas Deus nos deu prova cabal de que os dois (o amor de Deus e o Inferno) existem. O sacrifício de Cristo para nos salvar do Inferno prova duas coisas ao mesmo tempo: Deus é amor e o Inferno existe.

Mediante tudo que aqui expusemos, entendemos que não há base conceitual de se defender o atributo de Deus sendo soberanamente justo e bom, se em contrapartida há um local de tormento eterno, que medirá forças com a divindade por toda a eternidade, o mal ali existente, dentro de tudo o que já expusemos. O amor de Deus prova na capacidade de tudo o que ele criou estar destinado a plenitude da felicidade e desfrute do amor por ele incondicionalmente atribuído na vida do Cristo, em nos dar o caminho ao qual temos que percorrer, sendo que uns chegarão mais rapidamente do que outros, mas que todos nós alcançaremos um dia. Para complementar a tudo o que dissemos aqui neste capítulo, recomendamos ao leitores mais uma leitura complementar, o nosso artigo em resposta ao CACP intitulado de: [O Inferno existe?](#) Esta é mais uma pergunta que vocês chegarão a conclusão que mais um mito cai por terra! Vamos aos pontos conclusivos do pastor e nossas últimas considerações deste capítulo.

E não venham com essa de que “a morte de Cristo não foi expiatória, mas apenas um exemplo de amor, cujo objetivo era despertar na humanidade um maior interesse à prática do bem, acelerando deste modo o nosso processo evolutivo em direção à perfeição”, porquanto essa doutrina é estranha ao Cristianismo, do qual vocês se dizem adeptos; sendo, portanto, oriunda, ou da cabeça de Allan Kardec, ou dos demônios que consigo se comunicavam, ou de ambos. E ambas as fontes são espúrias.

A Bíblia é confiável em matéria de fé, e se não, pergunto: Por que vocês não param então de citar referências bíblicas (textos isolados que vocês julgam apoiá-los) em abono às suas doutrinas? Se a Bíblia é confiável, parem de pregar essa salvação barata que pode ser comprada com boas obras e sofrimentos, e proclamem a eficácia do sangue de Jesus (I Jo. 1:7); se não, queiram, por favor, abandoná-la. Fazendo isso, o Kardecismo será menos incoerente e não levará para o inferno pessoas bondosas, sinceras e inteligentes que, não obstante, por essa seita se deixam levar. Os milhões de kardecistas espalhados pelo mundo afora, constituem prova de quão sutil é o kardecismo. Ele é diabólico, mas muito parecido com Satanás, aparenta-se com algo bom ou inofensivo, ou seja, ele é a cara do pai.

Buscamos na codificação esta citação do pastor e não a encontramos, mas seu conceito está coadunando com a filosofia espírita que prega justamente isso, o exemplo de Jesus na cruz é exatamente o perdão aos algozes que é a única maneira de cessar a violência e calar os canhões das guerras infundáveis. De outra maneira, a morte do Cristo como sacrifício vicário não encerrou as perseguições dos primeiros cristãos, não retirou dos judeus o jugo de Roma e por fim, perduraram as guerras e as iniquidades que só serão terminadas quando cada um de nós entronizar a mensagem do Evangelho, estampada nos nossos atos na sociedade.

Nos deparamos com a citação do pastor que nós espíritas isolamos versículos das Escrituras para dar credibilidade às teses Espíritas e o que demonstramos até o momento, foi justamente o oposto, o pastor se utilizando deste expediente para validar seus dogmas, vindo a realizar esta atitude para tentar refutar o Espiritismo, isolando não somente versículos bíblicos, mas também as frases de Kardec, ou até mesmo de mensagens dos espíritos, com a finalidade de deturpar a Doutrina Espírita. Creio que os leitores estão observando nossas respostas e constatando a mesma evidência que estamos destacando ao longo desta obra.

Para não deixarmos de evidenciar, o pastor mais uma vez se utiliza de versículos isolados e neste caso sobre (1Jo 1,7) que está dentro do contexto de (1Jo 1,5-7) que não é bem assim, acerca da teologia do sangue de Jesus. Vamos recorrer novamente a [Bíblia de Jerusalém](#) e examinar o contexto. Vejamos:

### ***I. Caminhar na Luz***

1Jo 1,5-7: Esta é a mensagem que ouvimos dele e vos anunciamos: Deus é Luz e nele não há treva alguma. Se dissermos que estamos em comunhão com ele e andamos nas trevas; mentimos e não praticamos a verdade. **Mas se caminhamos na luz como ele está na luz, estamos em comunhão uns com os outros** <sup>d</sup>, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado.

d) A união a Deus (1,3+), que é Luz (1,5) e Amor (4.8.16) se reconhece pela fé **e pelo amor fraterno** (2,10-11; 3,10.17.23; 4,8.16) (Bíblia de Jerusalém. 2002, p. 2124) (grifo nosso)

Como fomos acusados, no parágrafo anterior, a esta citação que por incrível que pareça, o pastor isolou a parte final, omitindo todo o contexto ao qual ela se refere e que destacamos que é preciso caminarmos na luz para, estamos em comunhão uns com os outros, através do amor fraterno, e aí que numa forma poética, somos purificados pelo sangue de Jesus. Esta é a condição, ao qual já nos expressamos anteriormente e o texto na íntegra reforça nossa tese de que é preciso praticar as boas obras para

entramos em comunhão uns com os outros e caminhamos na luz verdadeira da prática do Evangelho que nos redime.

Diante de tudo que já expusemos, se somos pessoas que praticam as boas ações para com o nosso próximo, estamos na luz e caminhamos seguramente com o Cristo no objetivo da regeneração da humanidade, independente da crença ao qual abraçamos, pois será dado “**a cada um segundo as suas obras**” (Mt 16,27) e reforçamos esta tese em tudo que apresentamos neste capítulo, refutamos a existência do inferno e suas penas irremissíveis, orientamos a pesquisa em artigos complementares a este tema e concluímos com mais um artigo para pesquisa que é: [Reencarnação ou Penas Eternas?](#) Também de nossa autoria em resposta a uma lista de discussão protestante. Deixemos assim, o inferno eterno como um mito e as penas eternas varridas de seu conceito primordial em se comprazer com tormentos igualmente eternos. Partiremos agora ao próximo capítulo.

## CONCLUSÃO

Procuramos trazer aos leitores uma parte da nossa resposta à obra “*O Espiritismo Kardecista e suas Incoerências*” do Pr Joel Santana, sendo que nossa obra é: ***O Espiritismo e as incoerências de um pastor***, ao qual o CACP se utilizou para publicar em seu site, tendo em vista a sua sistemática em combater a Doutrina Espírita. Aos interessados em conhecer nossa refutação completa, é só clicar ([AQUI](#)) e baixar em nosso site, na ala E-Book's, o conteúdo para apreciação e tirar suas próprias conclusões.



**Thiago Toscano Ferrari**

Novembro/2021

---

### Referências Bibliográficas:

- Bíblia de Jerusalém**, nova edição. São Paulo: Paulus, 2002.
- EHRMAN B. D. **Como Jesus se Tornou Deus**. São Paulo, Editora Leya Brasil, 2020.
- KARDEC, A. **A Gênese**. Brasília-DF: FEB, 2013.
- KARDEC, A. **O Céu e o Inferno**. Brasília-DF: FEB, 2019c.
- KARDEC, A. **Obras Póstumas**. Brasília-DF: FEB, 2019b.
- KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos**. Brasília-DF: FEB, 2019e.



- KARDEC, A. ***O Evangelho Segundo o Espiritismo***. Brasília-DF: FEB, 2019d.
- PASTORINO, C. T. ***Sabedoria do Evangelho – Volume 1***, Rio de Janeiro: 1964a.
- FERRARI. T. T. ***Há diferença entre o Cristianismo e Espiritismo?*** Vitória-ES. 2013,  
<https://apologiaespirita.com.br/ha-diferenca-entre-o-cristianismo-e-espiritismo/>
- FERRARI. T. T. ***O inferno existe?***. Vitória-ES. 2013,  
<https://apologiaespirita.com.br/o-inferno-existe/>
- FERRARI. T. T. ***Reencarnação ou Penas Eternas?***. Vitória-ES. 2013,  
<https://apologiaespirita.com.br/reencarnacao-ou-penas-eternas/>